



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS  
HISTÓRICOS: A CASA DO MORRO DE CRUZEIRO DO SUL/RS**

Júlia Leite Gregory

Lajeado, novembro de 2016

Júlia Leite Gregory

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS  
HISTÓRICOS: A CASA DO MORRO DE CRUZEIRO DO SUL/RS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia Solange Volkmer

Lajeado, novembro de 2016

Júlia Leite Gregory

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DOS MONUMENTOS  
HISTÓRICOS: A CASA DO MORRO DE CRUZEIRO DO SUL/RS**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Profa. Dra. Márcia Solange Volkmer  
Centro Universitário UNIVATES

Prof. Me. Sérgio Nunes Lopes  
Centro Universitário UNIVATES

Lajeado, novembro de 2016

Dedico este trabalho a todos os professores e estudantes que, assim como eu, ainda acreditam que a educação, seja ela em ambiente escolar ou não, pode contribuir para um mundo que respeite a diversidade, que lute contra o preconceito e que seja mais humano.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família, mãe Ana, pai Mauro e irmão Daniel, pelo carinho e amor de sempre e por me apoiar em todas as minhas decisões.

Ao meu amor, Ernesto Pereira Bastos Neto, namorado e colega de curso, por acompanhar todo este processo auxiliando na escrita, contribuindo com as discussões teóricas, e por oferecer carinho, amor, conforto e compreensão nas horas difíceis.

À minha orientadora, Professora Dra<sup>a</sup> Márcia Solange Volkmer, por aceitar orientar este trabalho aos quarenta e cinco do segundo tempo, pela motivação de cada orientação, por sempre me desafiar e incentivar e por respeitar minha escrita.

Ao professor Luís Fernando da Silva Laroque e às colegas bolsistas Ana Paula, Tuani, Marina, Jana, Fabi e Emeli, que no ano de 2015 me orientaram no campo da pesquisa e contribuíram para minha caminhada acadêmica.

Às amigas que fiz durante a graduação, Sabrina Fabiola Hüther, Ana Paula Castoldi, Tuani de Cristo, Marina Invernizzi, Marina Johann, Paula Dresch dos Santos, Élin Westenhofen e Simone Elisa Weber, entre tantos outros que tornaram esta graduação muito mais divertida e especial.

Aos amigos Paulo e Fabrine e às meninas da Quarta Sagrada, Paulinha, Érica, Fê, Jé Becker, Jé Franz, Vitória e Karol, por compreenderem minha ausência e me apoiarem sempre.

Às pessoas que concederam entrevistas para esta pesquisa.

Aos funcionários da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul, Dani, Fabrine e Israel, por deixarem as portas sempre abertas durante este ano e por me auxiliarem na pesquisa sempre que precisei.

Aos Amigos da Casa do Morro, em especial à professora Marcia Raquel Krein, por participarem desta pesquisa voluntariamente e de certo modo, por inspirarem e provocarem este trabalho.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.

Pierre Nora (1993, p. 8)

## RESUMO

O Patrimônio Cultural contempla todas as formas de expressão e manifestação das culturas. Vinculado à identidade e memória da população, constitui-se a partir de escolhas e processos que determinam o que será preservado em cada contexto. Esta monografia apresenta os resultados obtidos a partir do desenvolvimento da pesquisa sobre a Casa do Morro de Cruzeiro do Sul. Objetivou-se realizar um estudo aprofundado no que concerne ao patrimônio histórico da cidade de Cruzeiro do Sul, com destaque ao processo de patrimonialização da Casa do Morro, amparado por um referencial teórico sobre patrimônio, memória e identidade. Inicialmente apresentamos uma contextualização histórica sobre a construção da Casa do Morro e da história de Cruzeiro do Sul, e logo após analisamos o processo de patrimonialização da Casa do Morro a partir do estudo das atas da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul e de questionários feitos com o grupo Amigos da Casa do Morro. O prédio foi construído por Primórdio Centeno de Azambuja, filho de Laura Centeno de Azambuja, matriarca da família fundadora do município de Cruzeiro do Sul. A Casa foi construída entre os anos de 1873 e 1878, aproximadamente, no alto do morro para que ficasse protegida das frequentes enchentes do rio Taquari. A Casa foi sendo reutilizada de várias maneiras ao longo de sua história, como por exemplo, já abrigou inquilinos, um restaurante, museu municipal e biblioteca. Hoje se encontra fechada ao público. A pesquisa possui caráter qualitativo com análise de conteúdo e utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, além da utilização da História Oral e de questionários. Por fim, este estudo demonstrou que a Casa do Morro se tornou patrimônio municipal devido a uma escolha política realizada pelos vereadores do município, e que é interpretada como lugar de memória por uma parcela da população, que luta por sua preservação.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Casa do Morro; Cruzeiro do Sul; Lugares de memória.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Os municípios da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1809.....	23
Figura 2 - Colonização no Vale do rio Taquari.....	25
Figura 3 – Propriedade de Primórdio Centeno de Azambuja na margem direita do arroio Sampaio.....	30
Figura 4 – Propriedade do Poço Grande.....	31
Figura 5 – Casa do Morro em 2016.....	35
Figura 6 – Casa do Morro em 1926.....	36
Figura 7 – Casa do Morro danificada (fotografia registrada aproximadamente entre as décadas de 1920 e 1940).....	37
Figura 8 – Bandeira de Cruzeiro do Sul com o Brasão de Armas.....	55

## **LISTA DE SIGLAS**

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CASA DO MORRO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 O Vale do Taquari e a família Azambuja.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 “Feita de pedra e cal, coberta com telhas de barro”: a Casa do Morro de Primórdio Centeno de Azambuja.....</b>	<b>29</b>
<b>3 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA DO MORRO.....</b>	<b>41</b>
<b>3.1 Patrimônio, Identidade e Memória.....</b>	<b>41</b>
<b>3.2 O símbolo histórico de Cruzeiro do Sul.....</b>	<b>54</b>
<b>3.3 Os Amigos da Casa do Morro.....</b>	<b>64</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE A – Questionário aplicado com integrantes do grupo Amigos da Casa do Morro.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE B – Fachada da Casa do Morro em 2016.....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Cruzeiro do Sul está situado no Vale do Taquari, localizado na porção centro-leste do Rio Grande do Sul. Dentro do Vale do Taquari, o município se encontra na microrregião centro-oeste e faz fronteira com os municípios de Bom Retiro do Sul, Estrela, Lajeado, Santa Clara do Sul, Venâncio Aires e Mato Leitão. O Vale do Taquari, atualmente com 36 municípios, possui grande diversidade cultural, reflexo da habitação de diferentes grupos étnicos no território, tais como indígenas, africanos e imigrantes europeus. Dentre os últimos são identificados açorianos, alemães, italianos e seus descendentes.

A cidade de Cruzeiro do Sul também possui uma grande variedade cultural, iniciando pela ocupação indígena guarani e pelo grupo heterogêneo denominado lavradores nacionais, que trabalhavam nos ervais do município. Após a imigração europeia, também ocorreu a presença de africanos escravizados, açorianos, alemães, italianos e seus descendentes.

Durante o final do período colonial brasileiro e no transcorrer do período imperial, o governo português concedia sesmarias a quem ocupasse territórios ameaçados de invasão espanhola, no caso da região sul do Brasil. No Vale do Taquari não foi diferente, e em 1798, foi concedida uma sesmaria a José da Silva Lima e seus irmãos, num total de 60 mil e 421 hectares, que iniciava na barra do Arroio Castelhana e ia até a barra do Arroio Sampaio, no atual território de Cruzeiro do Sul. Esta Fazenda, denominada de Desterro, já estava sendo ocupada por essa família, a qual utilizava as terras para plantar diversos produtos servindo-se de escravos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SCHIERHOLT, José Alfredo. **Cruzeiro do Sul e sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

Além desta, várias outras famílias passaram a ocupar o território que hoje pertence a Cruzeiro do Sul, adquirindo propriedades e fazendas. Em sua grande maioria, são famílias de descendência açoriana e alemã. No entanto, uma família acabou se destacando na história do município, a família Azambuja, que é a fundadora do núcleo urbano de Cruzeiro do Sul.

João Xavier de Azambuja e Laura Centeno de Azambuja adquiriram a Fazenda São Gabriel no ano de 1835, mesmo ano em que iniciou a Revolução Farroupilha. A propriedade continha mil e quinhentas braças de frente e seis mil de fundo, confrontando pelo Leste com o rio Taquari, pelo Oeste com a Serra Geral, pelo Sul com o Arroio Sampaio e terras de José da Lima Silva e seus irmãos, pelo Norte com terras de Valentim Soares de Saibro.<sup>2</sup>

No período da compra, a família era residente de Porto Alegre, e logo após, se dirigiu para a nova propriedade para construir um grande sobrado na localidade de Santarém. O casal teve onze filhos, os quais foram Rafael Fortunato Xavier de Azambuja, Bento Manuel de Azambuja, Bento Gonçalves Xavier de Azambuja, Primórdio Centeno de Azambuja, Francisca Centeno de Azambuja, João Xavier de Azambuja Júnior, Marcolino Centeno de Azambuja, Josefina Centeno de Azambuja, Maria José de Azambuja, Cândida Centeno de Azambuja e Maria Tomázia Centeno de Azambuja.<sup>3</sup>

Os Azambuja pertenciam à elite sul-rio-grandense e se utilizaram da política dos casamentos, da carreira militar e do comércio de terras para manter seu status social. Com a morte do marido, Laura vendeu uma parte do latifúndio para José Ferreira Guimarães e transferiu-se para o atual centro urbano do município. A família Azambuja possuía escravos que trabalhavam na propriedade servindo à família no trato com os animais, no trabalho na lavoura e no engenho de serrar madeira. O primogênito do casal, Primórdio Centeno de Azambuja, acabou herdando as posses e deu continuidade às atividades, no entanto, também passou a comercializar lotes coloniais. Primórdio, quando voltou da Guerra do Paraguai, iniciou a construção de sua casa em 1872, ao lado da casa de sua mãe, a qual estava situada onde hoje se encontra o prédio da prefeitura de Cruzeiro do Sul. Durante a construção da casa, uma enchente atingiu a obra, e Primórdio resolveu erguer sua moradia no alto do morro, concluída por volta do ano de 1878.

---

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

Sua casa ficou conhecida primeiramente como a Casa Branca dos Arcos do Morro, sendo que atualmente é denominada de Casa do Morro. O prédio contém 305,30m<sup>2</sup> de área construída e possui uma arquitetura característica da época, tendo em sua fachada sete arcos, que eram muito comuns no período e podem ter sido influenciados por várias obras arquitetônicas de destaque, como o Arco do Triunfo de Paris e os Arcos da Lapa no Rio de Janeiro.

Após a morte de Primórdio, em 1898, a casa foi comprada por sua cunhada Leocádia Vilanova de Azambuja, que era casada com Rafael Fortunato de Azambuja. Até 1914 o prédio permaneceu sob a tutela de Leocádia e a partir daí, foi ocupada por inquilinos, e mais tarde, serviu de abrigo a um restaurante e a uma Casa de Cultura que continha museu e biblioteca municipal. Ao longo dos anos, a Casa sofreu intensa degradação causada pelo tempo e pela ação humana, mesmo passando por alguns processos de reforma. A Casa está fechada desde o ano de 2003, mas é de fácil acesso a vândalos. O monumento histórico se encontra no centro do Brasão de Armas do município e está tombado a nível municipal desde 2006.

Somente após dez anos do tombamento é que a Casa passou a receber intervenções em sua estrutura, que buscam salvaguardar o prédio, o qual estava prestes a ruir. Recentemente, um grupo de alunas do Ensino Médio elaborou um trabalho de pesquisa em que ressaltaram a importância do patrimônio histórico para o município e solicitaram a restauração do prédio e organização de um espaço cultural no mesmo. A solicitação foi levada ao Poder Legislativo municipal, e a partir daí, foi criado o grupo Amigos da Casa do Morro, em março de 2015. O objetivo do grupo de voluntários é angariar fundos para a restauração do monumento e a disposição de um espaço cultural que ofereça variadas atividades, como teatro, música, artesanato e dança. Atualmente a Casa está passando por um processo de reestruturação, que começou em decorrência do movimento dos Amigos da Casa do Morro, mas ainda não está definido para qual propósito a Casa será utilizada.

A partir deste contexto, a problemática desta pesquisa é saber como se deu o processo de patrimonialização da Casa do Morro, entendendo a eleição deste símbolo como uma escolha política e como um lugar de memória que legitima o sentimento de pertencimento de determinada parcela da população. Parte-se do princípio de que a transformação da Casa do Morro em símbolo do município pelos representantes do legislativo foi uma escolha política e, portanto, passível de análise e interpretação. Na construção dos sentidos e representações associados ao monumento, acontece o processo de exclusão de vários setores da sociedade.

Sendo assim, parece que não foi uma escolha democrática e participativa, o que acarreta a não preservação do monumento por uma parcela da sociedade, que parece não se sentir representada pela Casa do Morro. Entretanto, há uma parcela significativa que se identifica com o símbolo e busca sua preservação, temendo que sua destruição acarrete na destruição da própria história do município.

Por conseguinte, o principal objetivo do trabalho é o de analisar o processo de patrimonialização da Casa do Morro, entendendo-a como um lugar de memória, fruto de uma escolha política, sendo que os objetivos específicos são:

- a) Estudar o Patrimônio Cultural e os seus referentes em Cruzeiro do Sul, contextualizando as diferentes interpretações que o assunto já suscitou em diversos espaços e temporalidades;
- b) Apresentar um histórico da Casa do Morro a partir do referencial bibliográfico e documental encontrado;
- c) Discutir o processo de patrimonialização da Casa do Morro a partir da interpretação dos dados históricos levantados com a aplicação do referencial teórico estudado.

Como justificativa temos a necessidade do estudo tendo em vista que não existem trabalhos a respeito do tema, a não ser a obra de José Alfredo Schierholt, “Cruzeiro do Sul e sua História”, a qual, no entanto, não aborda especificamente a Casa do Morro, e sim, a história do município como um todo. Além desta, há uma obra organizada por Cesar Locatelli, Fabrício de Saibro e Leani Schneider, que apresenta a história do município através de fotos, nos auxiliando na visualização do monumento ao longo do tempo. A Casa do Morro também é mencionada em uma lenda publicada no livro de Antonio Augusto Fagundes, “Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul”. Cristiano Luís Christillino, em sua dissertação e tese, menciona aspectos da história de Cruzeiro do Sul e da família Azambuja, porém não aborda a Casa do Morro. Além disso, a recente mobilização do grupo Amigos da Casa do Morro evidencia a importância do monumento para a população, e indica que para que esse lugar de memória seja utilizado adequadamente, é necessário um estudo aprofundado e um envolvimento maior de diferentes grupos sociais.

Para isso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema patrimônio, discutindo as diversas interpretações que o assunto já suscitou ao longo do tempo, principalmente em se tratando de Brasil. Pontua-se a trajetória de preservação dos

monumentos históricos na Antiguidade até o surgimento do conceito de patrimônio imaterial no Brasil na segunda metade do século XX. Entende-se a cultura como patrimônio, e este interpretado a partir do conceito de referência cultural. Ao estudar os bens culturais, a principal pergunta que se faz é “os mesmos são referência a quem?” ou “são representativos para quem?”.

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens - que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico - para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados.<sup>4</sup>

Estuda-se o conceito de patrimônio como resultado de uma escolha política, que tem o objetivo de contribuir para a construção da identidade dos grupos sociais, e, por conseguinte, o conceito de identidade será analisado como uma construção social, não estática, que sofre alterações ao longo do tempo. A Casa do Morro de Cruzeiro do Sul será interpretada como um lugar de memória, que faz referência ao passado histórico da cidade, mas que também desperta em muitas pessoas o sentimento de representatividade e pertencimento a uma coletividade.

Neste sentido, pensemos a Casa do Morro como um monumento histórico tombado pelo Poder Público, no entanto, que num primeiro momento, não parece despertar o sentimento de representatividade por parte da totalidade dos cidadãos cruzeirenses. Escolhida como o principal símbolo do município, a Casa do final do século XIX representa o poder e prestígio social da família Azambuja. Logo, percebemos uma escolha política na definição do patrimônio do município, que neste caso, ocorreu por parte dos vereadores. Sendo assim, não foi uma escolha democrática e participativa de toda comunidade, princípios fundamentais que caracterizam a definição e a preservação do patrimônio cultural atualmente. A partir dessa constatação é possível compreender a dificuldade que existe em manter preservado este monumento histórico, tanto pelo Poder Público, que necessita de suporte financeiro, quanto pela sociedade em geral, que necessita ter despertada sua memória e identidade para que se sinta representada por determinado patrimônio. Portanto, fica evidente que políticas públicas como o tombamento, não garantem a preservação do patrimônio cultural, é preciso haver relação da sociedade com o mesmo constantemente.

---

<sup>4</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n.2, 2001, p.112.

O grupo Amigos da Casa do Morro, que tem o objetivo de buscar a restauração da Casa e sua preservação é oriundo da própria comunidade e não possui vínculos políticos. Esse intuito coletivo de preocupação com o patrimônio parece estar intimamente relacionado com a teoria de Pierre Nora sobre os lugares de memória. Entendendo a Casa do Morro como um lugar de memória construído pela sociedade, a atuação da comunidade sugere uma busca pela sua origem e legitimação de identidade, para que consiga restituir sua memória. Discutiremos as relações estabelecidas acima utilizando pesquisa bibliográfica e documental para compreender o processo de patrimonialização da Casa do Morro, bem como sua utilização e representação por parte dos grupos sociais ao longo do tempo.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa com análise de conteúdo. Sendo assim, os procedimentos metodológicos contaram com a revisão bibliográfica de trabalhos sobre o patrimônio histórico e cultural, o levantamento documental, aplicação de questionários e entrevistas e pesquisa com fotografias da Casa do Morro. Pesquisamos em todas as atas da Câmara de Vereadores de Cruzeiro do Sul com o propósito de estudar como a Casa do Morro foi interpretada ao longo desses anos pelos representantes políticos, analisando desde a sua escolha como símbolo municipal até a movimentação atual que busca sua restauração, assim como utilizamos de projetos de lei referentes à Casa do Morro. Analisamos Autos de Medição no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Inventários no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul para obtermos mais informações a respeito da família Azambuja e compreendermos o posicionamento social desta família no século XIX. Do Arquivo Municipal de Cruzeiro do Sul foram utilizados diversos documentos, como leis, decretos, editais, escrituras e fotografias concernentes à Casa do Morro para auxiliar na organização da pesquisa e para reconhecer mudanças e permanências na sua estrutura arquitetônica ao longo do tempo.

Além disso, entrevistamos um antigo morador da Casa do Morro que nos ajudou a identificar aspectos arquitetônicos do prédio na década de 1960, tendo em vista que o mesmo já sofreu várias alterações, e entender o imaginário criado sobre o local. Também realizamos uma entrevista com a Secretária de Educação que elaborou a proposta de Casa de Cultura e Museu Municipal implantada na Casa do Morro durante a década de 1990, que possibilitou a compreensão sobre o que foi planejado e como essa proposta foi organizada. Aplicamos questionários (APÊNDICE A) com o grupo Amigos da Casa do Morro com o objetivo de saber como este se organiza, quais são suas reivindicações, o que a Casa do Morro representa e o que entendem como patrimônio.

Foi empregada a abordagem qualitativa devido à escolha das fontes e da elaboração do problema, já que esta abordagem permite a utilização das informações coletadas de maneira qualitativa, ou seja, não baseada em números e estatísticas. Segundo Godoy<sup>5</sup>, a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo estudo feito a campo, ou em outras palavras, um estudo no qual o pesquisador está em contato direto com objeto que será estudado. O trabalho com documentos (como relatório, revistas, jornais, entre outros), por exemplo, apresenta uma rica fonte de dados, já que permite o acesso a informações de um contexto social, político e econômico diferente do atual, que auxiliam na análise da pesquisa, considerando que em uma pesquisa qualitativa, todo o processo é importante, e não apenas os resultados.

Segundo Moraes<sup>6</sup>, a análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Portanto, este método se aplica muito bem a esta pesquisa, visto que são utilizados diversos documentos e textos.

Conforme Sá Silva, Almeida e Guindani<sup>7</sup>, a pesquisa documental deve ser valorizada dentro do campo científico, pois quando os pesquisadores se utilizam de documentos, o fazem respeitando uma série de procedimentos e etapas, utilizando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise. Os documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para estabelecer determinadas questões e servir de prova/questionamento para outras, de acordo com o interesse do pesquisador. A pesquisa documental trabalha com informações que ainda não receberam tratamento científico, enquanto a pesquisa bibliográfica procura justamente tratar de fontes que já possuem reconhecimento científico.

---

<sup>5</sup> GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo-SP: **Rev. adm. Empresas**, 1995.

<sup>6</sup> MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, p. 7-32.

<sup>7</sup> SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n. 1, jul. 2009, p. 1-15.

A História Oral, através da utilização de entrevistas, fornece a possibilidade da produção de uma história do tempo presente, fugindo deste modo, do tradicional estudo do passado somente através de documentação, tão enraizado na historiografia<sup>8</sup>. Essa ação gera uma produção da história a partir do ponto de vista daquele componente social que não gera fontes oficiais, ou seja, as camadas populares ou marginalizadas da sociedade. No caso do presente trabalho, a História Oral auxiliará na busca dos elementos de muitas memórias que não estão nos documentos, como a relação dos moradores e demais sujeitos envolvidos com a Casa do Morro.

A respeito da fotografia, Mauad<sup>9</sup> esclarece que a fotografia é uma fonte histórica que demanda um tipo de crítica histórica diferente daquela empregada aos documentos e bibliografias. É preciso entender o processo de produção da fotografia a ser analisada, para que seja possível compreender o contexto que circunda a mesma, bem como o sentido que o fotógrafo quis dar à fotografia. Além disso, é importante perceber o significado que será dado à imagem por quem a observa.

Os procedimentos metodológicos citados foram fundamentais para a realização da pesquisa, auxiliando na contextualização histórica do município de Cruzeiro do Sul, dando suporte para compreendermos quem era a família Azambuja e como se deu sua atuação, bem como para esclarecermos a trajetória da Casa do Morro, tanto em relação à sua história propriamente dita quanto ao exercício empregado pela legislação sobre este patrimônio histórico. Além disso, foi possível analisar o processo de patrimonialização da Casa do Morro por meio do referencial teórico e bibliográfico, atas e documentos da Câmara de Vereadores e questionários.

No primeiro capítulo deste trabalho, faremos uma contextualização histórica da Casa do Morro, percorrendo a história do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul. Iniciaremos com a introdução dos Campos de Viamão na economia do Império com a atividade dos tropeiros, passando pela atuação da família Azambuja no Vale do Taquari até chegar na construção da Casa do Morro na Fazenda São Gabriel por Primórdio Centeno de Azambuja, traçando um histórico do monumento até a emancipação do município de Cruzeiro do Sul.

---

<sup>8</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro-RJ: **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

<sup>9</sup> MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

No segundo capítulo, analisaremos o processo de patrimonialização da Casa do Morro. Primeiramente, nos debruçaremos sobre os conceitos de patrimônio, identidade e memória, expondo nossa perspectiva de estudo, a qual entende patrimônio como uma escolha política, identidade como uma construção social e memória como um processo vivo e dinâmico vivenciado por todos os grupos étnicos e sociais, diferenciando-se da história, que é a representação do passado. Portanto, interpretaremos a Casa do Morro como um lugar de memória que representa a memória e identidade de uma parcela da população cruzeirense, tomando como fonte central de pesquisa as atas da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul e os questionários dos Amigos da Casa do Morro. Apresentaremos como a legislação foi utilizada para preservar ou não a Casa do Morro e como o grupo Amigos da Casa do Morro foi criado e como busca alcançar seus objetivos.

## **2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CASA DO MORRO**

A Casa do Morro foi erguida no final do século XIX e sobrevive até hoje com as duras e cruéis marcas do tempo. Marcas que contam não apenas uma história, mas uma infinidade delas, guardadas principalmente na memória de pessoas que viveram nas redondezas ou que estavam de passagem pelo Vale do Taquari. Esta obra centenária jamais terá todos os seus mistérios esclarecidos, porém, enquanto existirem fontes a serem pesquisadas, sempre haverá a possibilidade de escrever mais um capítulo dessas histórias.

### **2.1 O Vale do Taquari e a família Azambuja**

Cruzeiro do Sul, antiga São Gabriel da Estrela, foi uma fazenda criada por meio de doação de sesmária à família Azambuja, pertencente à elite social da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A prática de doação de sesmarias foi uma política adotada pela Coroa portuguesa durante o período colonial brasileiro que tinha como objetivo ocupar o território e explorá-lo com fins econômicos, sendo que os sesmeiros que não cumprissem o acordo de cultivar a terra corriam o risco de perder a propriedade.

O período de doação de sesmarias ocorreu entre 1530 e 1822<sup>10</sup>. No entanto, somente por volta de 1732 é que foram feitas concessões de sesmarias no território do Rio Grande do Sul, mais precisamente nos Campos de Viamão, os quais abrangiam uma imensa área no nordeste do atual estado do Rio Grande do Sul. “Os tais *campos* correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos”<sup>11</sup>.

Os Campos de Viamão, nos anos iniciais da ocupação açoriana, estavam povoados por portugueses, luso-brasileiros, uma grande quantidade de indivíduos de origem hispânica ou hispano-americana, bem como uma boa parcela de povos indígenas e escravos de origem africana. Esses dois últimos grupos étnicos compunham praticamente a metade dos indivíduos que moravam na região em questão<sup>12</sup>.

Os Campos de Viamão se tornaram atraentes economicamente no cenário brasileiro após a descoberta das Minas Gerais, as quais demandavam abastecimento e transporte para a atividade de garimpo na região Sudeste. Os Campos de Viamão possuíam ricas reservas de gado, passando a fornecer bovinos, equinos e muares para as regiões mineradoras. Sendo assim, Viamão passou a ter integração com o Sudeste através da atividade dos tropeiros, que levavam o gado até o centro do país<sup>13</sup>.

O intenso povoamento dos Campos de Viamão ocorreu em virtude do interesse da Coroa portuguesa em ocupar e proteger o espaço ameaçado pelos espanhóis, que invadiram a península de Rio Grande em 1764. Além disso, devia-se efetivar o estabelecimento de imigrantes açorianos como cumprimento das concessões prometidas, eliminar a escravidão indígena (proibida em 1758), ocupando os nativos em atividades produtivas e de defesa. Também era necessário fomentar a agricultura, com incentivo ao cultivo de trigo e do linho-cânhamo<sup>14</sup>.

O Vale do Taquari integrou essa região desde o início de sua povoação, fazendo parte do município de Viamão e, posteriormente, ao de Porto Alegre. A Vila de Taquari foi fundada na década de 1760, e somente em 1849 foi emancipado o município de Taquari, que

---

<sup>10</sup> FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Olivera. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. v. 4. n. 7. 2009. p. 63-85.

<sup>11</sup> KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011, p. 45.

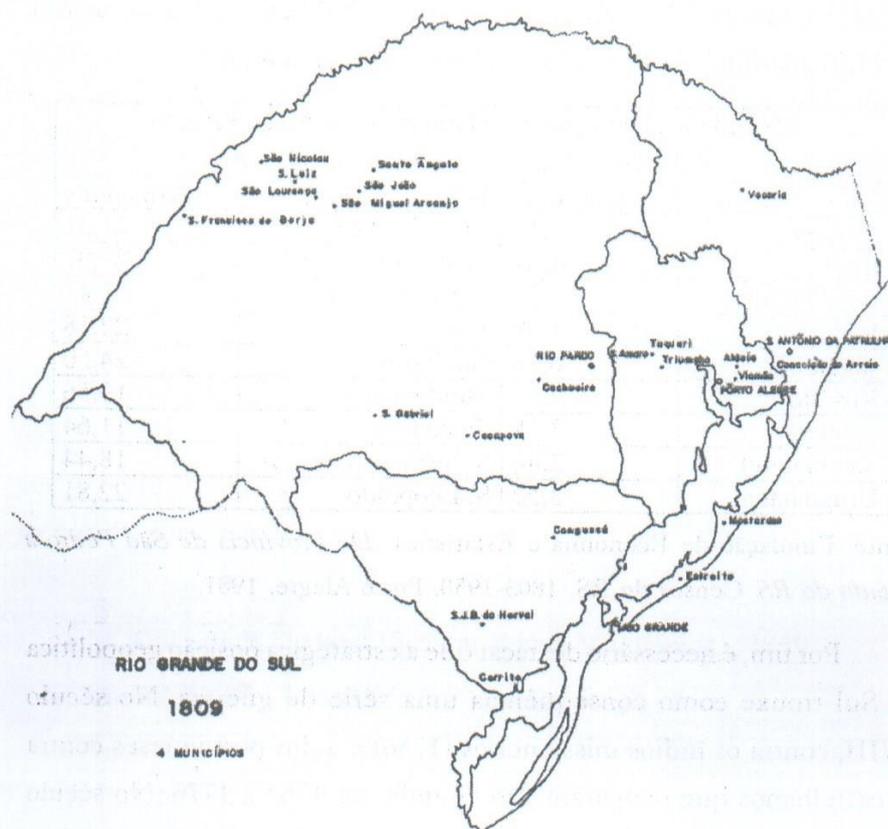
<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

compreendia todo o atual território do Vale<sup>15</sup>. Em 1876 foi emancipado o município de Estrela, em 1891, Lajeado, e em 1963, Cruzeiro do Sul. Em 1809, o Rio Grande do Sul era composto por quatro municípios.

**Figura 1- Os municípios da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1809.**



Fonte: FELIZARDO NETTO, Júlia (Org.). *Evolução administrativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, s.d.

Fonte: ZARTH *apud* CHRISTILLINO, 2004, p. 26.

<sup>15</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)**. 374 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

O atual território do município de Cruzeiro do Sul era ocupado por grandes fazendas desde o final do século XVIII, as quais eram fruto de doações de sesmarias. A primeira delas foi concedida em 1798, a José da Silva Lima e seus irmãos, num total de 60 mil e 421 hectares, que iniciava na barra do Arroio Castelhana e ia até a barra do Arroio Sampaio, no atual território de Cruzeiro do Sul. Esta Fazenda, denominada de Desterro, já estava sendo ocupada por essa família, que utilizava as terras para plantar diversos produtos servindo-se de escravos<sup>16</sup>.

A Fazenda São Gabriel, de José Ignácio Teixeira, que ocupava o atual território do centro urbano de Cruzeiro do Sul foi adquirida por João Xavier de Azambuja e Laura Centeno de Azambuja no ano de 1835 (mesmo ano em que iniciou a Revolução Farroupilha). No entanto, somente ocuparam a Fazenda após o término da revolta, por volta de 1847. A propriedade continha mil e quinhentas braças de frente e seis mil de fundo, totalizando 4356 hectares de terra, confrontando pelo Leste com o rio Taquari, pelo Oeste com a Serra Geral, pelo Sul com o Arroio Sampaio e terras de José da Lima Silva e seus irmãos, pelo Norte com terras de Valentim Soares de Saibro. “A principal atividade desenvolvida [na Fazenda] era a pecuária bovina e muar, junto às margens do arroio Sampaio e seus afluentes, nas quais existiam alguns campestres de ótima qualidade.”<sup>17</sup>

No mapa abaixo podemos identificar as respectivas sesmarias no território do Vale do Taquari, bem como a sesmaria Ubatuba, que compreendia as atuais Linhas Sítio e Boa Esperança, em Cruzeiro do Sul<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> SCHIERHOLT, 2010.

<sup>17</sup> CHRISTILLINO, 2010, p. 293.

<sup>18</sup> CHRISTILLINO, 2004.



João Xavier de Azambuja e Laura Centeno de Azambuja, os donos da Fazenda São Gabriel, provinham de famílias de estancieiros e militares. O casal morava na Vila de Triunfo quando adquiriu a Fazenda no Alto Taquari. Laura Centeno de Azambuja era oriunda de uma família tradicional da Campanha, e o ten.-cel. João Xavier de Azambuja provinha de uma família de militares estabelecida na Vila de Triunfo, aliada ao Império<sup>19</sup>. João Xavier de Azambuja era filho do ten.-cel. Antonio Xavier de Azambuja, que foi um dos inventariados mais ricos do Rio Grande do Sul entre 1765 e 1825<sup>20</sup>. Antonio Xavier de Azambuja era neto de Jerônimo de Ornellas, um dos mais antigos povoadores dos Campos de Viamão, representante do topo da escala social, que podia ser considerado como membro da elite em qualquer lugar do Brasil colonial<sup>21</sup>.

No início da segunda metade do século XIX, a elite local do Vale do Taquari estava passando por uma crise econômica, pois suas atividades tradicionais não estavam mais assegurando a lucratividade obtida em outras épocas. As principais atividades econômicas da região eram o trigo, a erva-mate, a pecuária, a cana-de-açúcar, o algodão, a extração de lajes e pedras e o ramo madeireiro. A sua decadência era em decorrência de desastres naturais, concorrência de outros mercados e pela diminuição do trabalho escravo<sup>22</sup>.

Além da crise econômica, a falta de prestígio social da elite local também contribuiu para a decadência desse grupo. Os militares da campanha passaram a ser mais necessitados que os do Vale do Taquari, acarretando maiores vantagens do governo àqueles. Sendo a carreira militar um pressuposto para o recebimento de prestígio e regalias, a secundarização dessa atividade no Vale do Taquari acabou acentuando a estagnação da elite<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Durante a Revolução Farroupilha os Azambuja lutaram ao lado do Império.

<sup>20</sup> CHRISTILLINO, 2010.

<sup>21</sup> KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

<sup>22</sup> CHRISTILLINO, 2004.

<sup>23</sup> Ibidem.

No entanto, como as grandes explorações agropecuárias do país não estavam voltadas à agricultura de subsistência, isso possibilitou o desenvolvimento de lavouras voltadas ao abastecimento interno. Desse modo, as terras do Vale do Taquari voltaram a ser valorizadas com a produção de alimentos para o mercado interno, desenvolvida em pequenas lavouras familiares. Esta produção facilitava a compra de terras por parte dos pequenos agricultores, especialmente de imigrantes alemães e seus descendentes. É devido a essa valorização das terras do Vale do Taquari que vários latifundiários passaram a desenvolver o comércio de terras como atividade econômica. Entre os grandes possuidores de terras estava a família Azambuja<sup>24</sup>.

João e Laura de Azambuja tiveram onze filhos, os quais foram Rafael Fortunato Xavier de Azambuja, Bento Manuel de Azambuja, Bento Gonçalves Xavier de Azambuja, Primórdio Centeno de Azambuja, Francisca Centeno de Azambuja, João Xavier de Azambuja Júnior, Marcolino Centeno de Azambuja, Josefina Centeno de Azambuja, Maria José de Azambuja, Cândida Centeno de Azambuja e Maria Tomázia Centeno de Azambuja. O ten.-cel. João Xavier de Azambuja faleceu na década de 1860, o que comprometeu, em parte, o futuro dos seus herdeiros, pois perderam o elo principal de suas relações sociais<sup>25</sup>.

A fazenda São Gabriel não oferecia condições à formação de um patrimônio familiar que assegurasse a essa descendência o mesmo *status* e fortuna de seus pais. [...] Foram três então as estratégias de inserção e ascensão social dos Azambuja: a carreira militar, a ocupação de patentes na Guarda Nacional e, principalmente, a política do casamento<sup>26</sup>.

A respeito dessa última, Fábio Kühn<sup>27</sup> afirma que as alianças matrimoniais apresentavam-se como uma das mais importantes, senão a mais relevante estratégia familiar das elites para ascensão social e estabelecimento de alianças, garantindo a manutenção do ciclo familiar. No entanto, isso não assegurou por muito tempo a permanência dos descendentes de João e Laura Centeno de Azambuja no âmbito da elite sul-rio-grandense, pois como eram muitos filhos, que não se ativeram a uma atividade econômica específica, quando a herança foi repartida, não restou uma grande quantia para cada um.

---

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> CHRISTILLINO, 2010.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 293.

<sup>27</sup> KÜHN, 2010.

Maria Tomázia Centeno Azambuja casou-se com o cel. Bento Gonçalves da Silva Filho, primogênito do líder da Revolta Farroupilha e rico estancieiro de Camaquã. Josefina Centeno Azambuja casou com Antonio Fialho de Vargas Filho, que era sócio de seu pai, Antonio Fialho de Vargas, o maior negociante de terras em Taquari e, na década de 1870, fez sociedade com os Azambuja, em torno de algumas colônias. [...] Cândida Centeno de Azambuja casou-se com um importante aliado dos Azambuja em suas afirmações de propriedade, o agrimensor Henriques von Reichenbach<sup>28</sup>.

Rafael Fortunato e Bento Gonçalves Xavier de Azambuja casaram-se com as irmãs Leocádia e Leopoldina Vilanova, filhas de Ricardo Azambuja Vilanova, um membro da Guarda Nacional que possuía grandes extensões de terras em Taquari. [...] Rafael Fortunato Xavier Azambuja, além de cultivar suas terras na fazenda São Gabriel, participou, ativamente, do comércio de terras e também no empréstimo de dinheiro a juros aos colonos. Na década de 1870, ele ocupou o cargo de juiz municipal em Taquari, o que aumentou o prestígio familiar dos Azambuja. Rafael Fortunato constituiu uma família numerosa, tendo mais de 10 filhos com sua esposa, Leocádia Vilanova Azambuja, e outros dois com suas escravas<sup>29</sup>.

A fortuna da família Azambuja não se manteve por tanto tempo, não acompanhando o prestígio social alcançado através dos vínculos matrimoniais e ocupação de cargos importantes. Nesse contexto, alguns filhos se voltaram para a atividade do comércio de terras, uma prática que se torna muito lucrativa no Vale do Taquari. Ao longo do século XIX, quando as primeiras colônias criadas no estado já não oferecem mais terras suficientes para o desenvolvimento da agricultura para as famílias de imigrantes, estas se deslocam para o interior do estado, e as férteis terras banhadas pelo rio Taquari atrairão muitos destes europeus e seus descendentes. O primogênito do casal João e Laura de Azambuja utilizou-se desta atividade por algum tempo, tornando-se um grande comerciante de lotes coloniais no Vale do Taquari.

---

<sup>28</sup> CHRISTILLINO, op.cit, p. 293-294.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 294.

## 2.2 “Feita de pedra e cal, coberta com telhas de barro”: a Casa do Morro de Primórdio Centeno de Azambuja

Primórdio Centeno de Azambuja era o filho primogênito do casal João e Laura Centeno de Azambuja. Casado com Juliana Carolina de Azambuja (falecida em 1876<sup>30</sup>, bem antes de Primórdio), fez carreira na Guarda Nacional, assim como seu irmão Rafael<sup>31</sup>. A Guarda Nacional foi criada pelo Império em 1831 com o objetivo de manter a unidade nacional, que era ameaçada pelo choque entre nacionais e lusos após a Independência do Brasil. Além disso, como a Guarda Nacional tinha um caráter local, o poder político e econômico dos grupos locais era reconhecido pelo Governo Central, e fazia com que estes grupos defendessem a ordem e a tranquilidade pública em todo território brasileiro<sup>32</sup>.

A Guarda Nacional auxiliava principalmente nos problemas internos, porém, atuava também nas questões externas, ao lado do Exército. A Guarda era composta apenas por cidadãos eleitores e seus filhos, o que alimentava o sentimento nacionalista buscado pelo Império, e podia ser dissolvida por tempo indeterminado pelo governo, se não cumprisse o seu papel. A Constituição do Império previa que só se tornava eleitor o cidadão que tivesse entre vinte e um e sessenta anos, e que auferisse a quantia de cem mil réis. Portanto, usava-se o critério da renda mínima como instrumento de seleção entre os brasileiros que poderiam ser eleitores<sup>33</sup>.

Os responsáveis pela criação da Guarda Nacional em cada município eram os Juízes de Paz, que se reuniam nos Conselhos de Qualificação para avaliar quais indivíduos preenchiam as condições para serem qualificados como praças da Guarda Nacional<sup>34</sup>. Primórdio Centeno de Azambuja alcançou o cargo de Tenente Coronel da Guarda Nacional, lutou na Guerra do Paraguai, assim como seus irmãos, provando que a família Azambuja pertencia à elite e possuía prestígio perante a sociedade<sup>35</sup>. Primórdio acabou herdando a Fazenda São Gabriel dos pais, e também era fazendeiro em outra área de 466 hectares, na margem direita do arroio Sampaio.

---

<sup>30</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 4, de 1877.

<sup>31</sup> CHRISTILLINO, 2010.

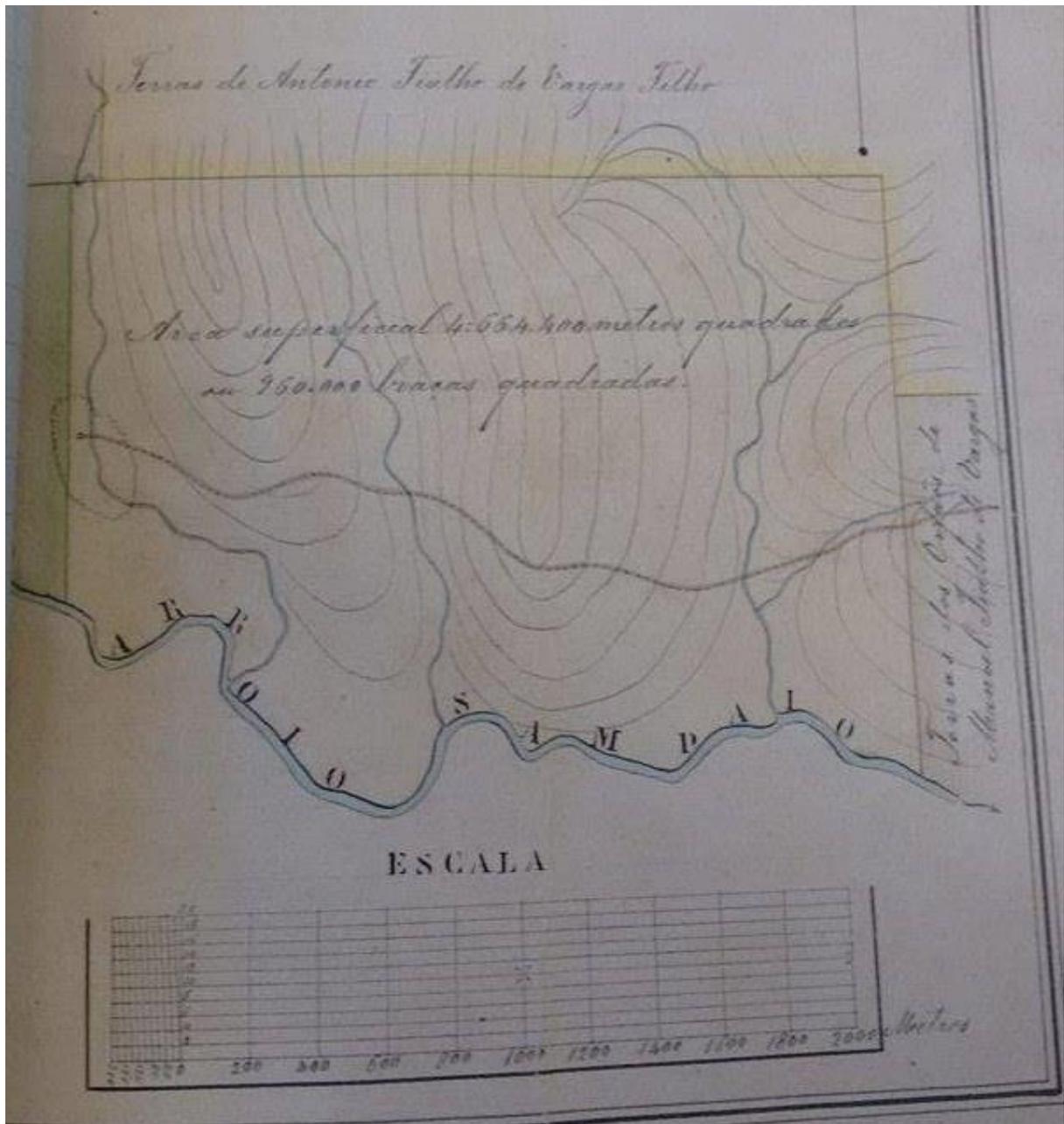
<sup>32</sup> RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava:** os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2005.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> CHRISTILLINO, *op. cit.*

**Figura 3 – Propriedade de Primórdio Centeno de Azambuja na margem direita do arroio Sampaio.**



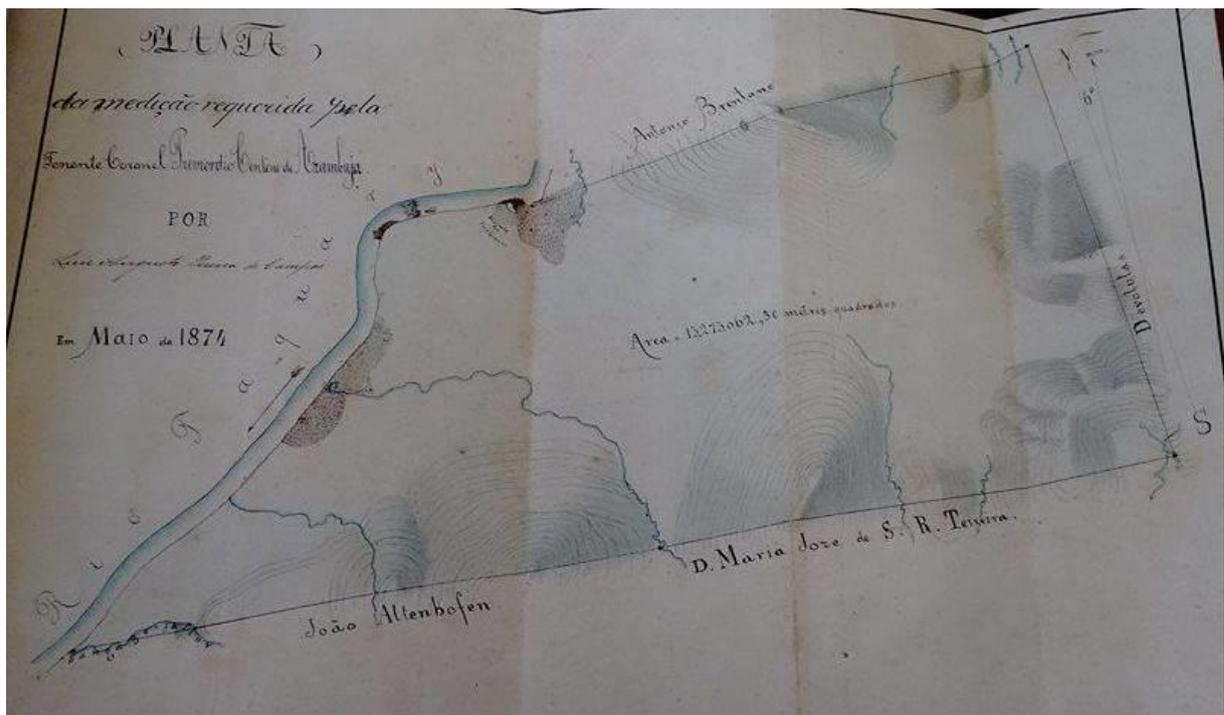
Fonte: AHRS. Auto de Medição nº 643. Autor: Primórdio Centeno de Azambuja, Taquari, 1875.

No mapa, percebe-se que a propriedade ficava próxima aos cursos de água, o que valorizava a terra e possibilitava melhor cultivo. Da mesma forma, a terra era contígua à propriedade do seu cunhado, o que evidencia uma possibilidade de exploração familiar de uma grande área de terras no Vale do Taquari. Além dessas duas propriedades, o ten.-cel.

também possuía dez lotes coloniais no município de São Luiz Gonzaga, os quais só foram devidamente pagos após a morte de Primórdio<sup>36</sup>. Isso indica que uma das atividades econômicas de Primórdio era o comércio de terras.

Primórdio também conseguiu legitimar uma área de 1327 hectares em uma terra de matos no lugar denominado Poço Grande, conhecido mais tarde como Corvo. Essa propriedade podia proporcionar cerca de 20 lotes coloniais, sendo muito vantajoso para Primórdio. Ele conseguiu legitimar a área de maneira fraudulenta, prática comum no período. “A Coroa tinha vastas extensões de terras públicas para medir e demarcar, mas o seu principal objetivo na Província de São Pedro, o *Calcanhar de Aquiles do Império*, era apoio político e militar. Algo que os Azambuja sabiam, desde outrora, negociar em troca de beneplácitos”<sup>37</sup>. Primórdio conseguiu legitimar essa área de terras devido à sua rede de alianças.

**Figura 4 – Propriedade do Poço Grande**



Fonte: AHRS. Auto de Medição nº 696. Autor: Primórdio Centeno de Azambuja, Taquari, 1876.

<sup>36</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orfãos e Ausentes de Lageado nº 371, de 1902.

<sup>37</sup> CHRISTILLINO, 2010, p. 322.

Primórdio acabou herdando a fazenda São Gabriel, que abrigava um engenho de serrar madeira<sup>38</sup>, uma atividade igualmente lucrativa para o período. Além disso, em sua posse às margens do arroio Sampaio, podia desenvolver a agricultura, a extração da erva-mate ou a exploração da madeira. No entanto, os bens herdados por Primórdio não tinham importância significativa, pois a fortuna de João e Laura Centeno de Azambuja foi dividida entre todos os filhos, restando uma quantia pequena para cada um. Sua esposa provavelmente não era pertencente à elite, diminuindo as chances de Primórdio continuar mantendo sua estabilidade econômica e posição social<sup>39</sup>.

É fácil chegar a esta constatação após a análise dos valores do monte mor dos inventários *post-mortem* em questão. João Xavier de Azambuja deixou uma herança de 6.898,28 libras esterlinas em 1861; a esposa de Primórdio, Juliana, deixou a quantia de 4010,83 libras no ano de 1877; e Primórdio deixou 800,88 libras esterlinas aos seus herdeiros em 1902<sup>40</sup>. Fica evidente a progressiva decadência econômica da família após a partilha dos bens, revelado pela quantia das fortunas. Sabe-se que o estudo de inventários *post-mortem* permite maior conhecimento das camadas mais abastadas da população, pois não oferecem as mesmas possibilidades para estudar os mais pobres da sociedade, cujos bens praticamente não são significativos para serem inventariados. Portanto, consideramos que a família Azambuja pertenceu à elite econômica do Vale do Taquari durante o século XIX, assim como Antonio Fialho de Vargas, um dos maiores comerciantes de terras do Vale, que deixou uma herança de 7.114,19 libras<sup>41</sup>.

Jonas Vargas<sup>42</sup> analisou 256 inventários *post-mortem* da sociedade pelotense na segunda metade do século XIX, sendo que nestes inventários foi possível encontrar as maiores fortunas de Pelotas nesse período, que eram provenientes das famílias proprietárias de charqueadas escravistas que abasteciam o mercado interno brasileiro. Tendo em vista que durante o século XIX foram os proprietários das charqueadas escravistas os empresários mais

<sup>38</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 1, de 1861.

<sup>39</sup> CHRISTILLINO, 2010.

<sup>40</sup> Como recomenda Gabriel Berute em sua Tese de Doutorado, optou-se utilizar libras esterlinas ao invés de mil-réis tendo em vista a desvalorização deste último relacionada à inflação e as flutuações das taxas de câmbio. A fórmula utilizada para converter os valores também é a mesma utilizada por Berute. BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro:** negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850). 309 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

<sup>41</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895.

<sup>42</sup> VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico:** Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 505 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

ricos do sul do Brasil, tomamos estas fortunas, as quais ultrapassam 50 mil libras, como referência de elite provincial. Sendo assim, não podemos dizer que a elite do Vale do Taquari representava o topo econômico da província, no entanto, sua fortuna era significativa, estando entre as mais altas mesmo quando comparadas às de Pelotas, com exceção, é claro, da fortuna de Primórdio, que já é resultado do período de estagnação econômica que passavam essas elites locais.

Primórdio e Juliana tiveram cinco filhos, Primórdio Xavier de Azambuja, Maria Altina de Azambuja Villanova, Candida de Azambuja Villanova, Clarice de Azambuja Braga e Francisca de Azambuja. Destes, Primórdio, Candida, Clarice e Francisca faleceram antes de seu pai Primórdio Centeno de Azambuja. Candida de Azambuja Villanova foi casada com Antonio de Azambuja Villanova, e os dois tiveram uma filha chamada Juliana de Azambuja Villanova<sup>43</sup>. Francisca de Azambuja casou com João de Marsillac, e os dois tiveram Fanor de Azambuja Marsillac. Clarice foi casada com Ataliba da Maia Braga, e os dois tiveram uma filha, Maria Carolina Braga, que se casou com José Luiz Cardoso. Maria Altina de Azambuja Villanova foi casada com Rodrigo de Azambuja Villanova<sup>44</sup>, que era parente da família Azambuja e filho de ricos fazendeiros de Taquari<sup>45</sup>.

Rodrigo de Azambuja Villanova foi um aliado muito importante para Primórdio, atuava como médico em Taquari, mas no início da década de 1870 ingressou na política provincial ao lado do Partido Conservador. Rodrigo auxiliou Primórdio no processo de legitimação de posses, após a Lei de Terras de 1850, devido ao seu círculo de relações. Essas legitimações nem sempre ocorriam de acordo com a legislação, sendo comum muitos estancieiros obterem títulos fraudulentos. Rodrigo foi deputado na Assembleia do Rio Grande do Sul e presidente da Província em duas oportunidades: de 25 de abril a 27 de outubro de 1887 e de 27 de janeiro a 9 de agosto de 1888. Foi indicado ao cargo pelo senador Gaspar Silveira Martins<sup>46</sup>.

Primeiramente, a família Azambuja construiu um grande sobrado na localidade de Santarém, atual território de Cruzeiro do Sul, e após a morte de João Xavier de Azambuja, que faleceu em 1860<sup>47</sup>, Laura Centeno de Azambuja mudou-se com seus filhos e fundou o núcleo urbano da Fazenda São Gabriel. A casa da família foi construída onde hoje se localiza a

---

<sup>43</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 4, de 1877.

<sup>44</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 371, de 1902.

<sup>45</sup> CHRISTILLINO, op. cit.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 1, de 1861.

prefeitura de Cruzeiro do Sul, próximo às margens do rio Taquari<sup>48</sup>. O casal João e Laura possuíam dezessete escravos, sendo que três deles foram herdados por Maria Tomázia Centeno Azambuja e Bento Gonçalves da Silva Filho, e Primórdio herdou um escravo<sup>49</sup>. De acordo com escritos do padre Miguel Wagner, pároco de Cruzeiro do Sul entre os anos de 1957 e 1977, após 1888, com a Lei Áurea, os escravos da família acabaram se dispersando pelo território<sup>50</sup>.

Os filhos de Laura foram lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870), que ocorreu na região do rio da Prata entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, os quais reivindicavam fronteiras neste território. O que estava em jogo era a hegemonia na região e o acesso à navegação na bacia platina, que compreendia dois grandes rios, o Uruguai e o Paraguai. O Paraguai acabou perdendo partes de seu território para o Brasil e Argentina, e o Brasil perdeu milhares de soldados e contraiu muitos empréstimos para financiar a guerra, no entanto, os combatentes sobreviventes saíram fortalecidos e passaram a reivindicar um papel mais importante na vida política do Império<sup>51</sup>.

Os filhos de Laura voltaram para a Fazenda São Gabriel após a guerra, e Primórdio começou a construir sua casa em 1872 ao lado da de sua mãe, porém, uma grande enchente acabou inundando a construção. Para não ter mais este problema, afinal as enchentes do rio Taquari são frequentes, Primórdio resolveu construir sua casa no alto do morro da Fazenda São Gabriel<sup>52</sup>, que compreende uma grande área de terra repleta de árvores nativas e rochas, e que tem o início de sua elevação próximo à margem do rio Taquari, encontrando-se no atual centro urbano de Cruzeiro do Sul. Na fotografia abaixo, é possível visualizar a localização da estrutura arquitetônica no morro de Cruzeiro do Sul.

---

<sup>48</sup> SCHIERHOLT, 2010.

<sup>49</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 1, de 1861.

<sup>50</sup> WAGNER, Miguel. **Síntese Histórica de Cruzeiro do Sul**. Texto inédito. Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul.

<sup>51</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>52</sup> SCHIERHOLT, 2010.

**Figura 5 – Casa do Morro em 2016**

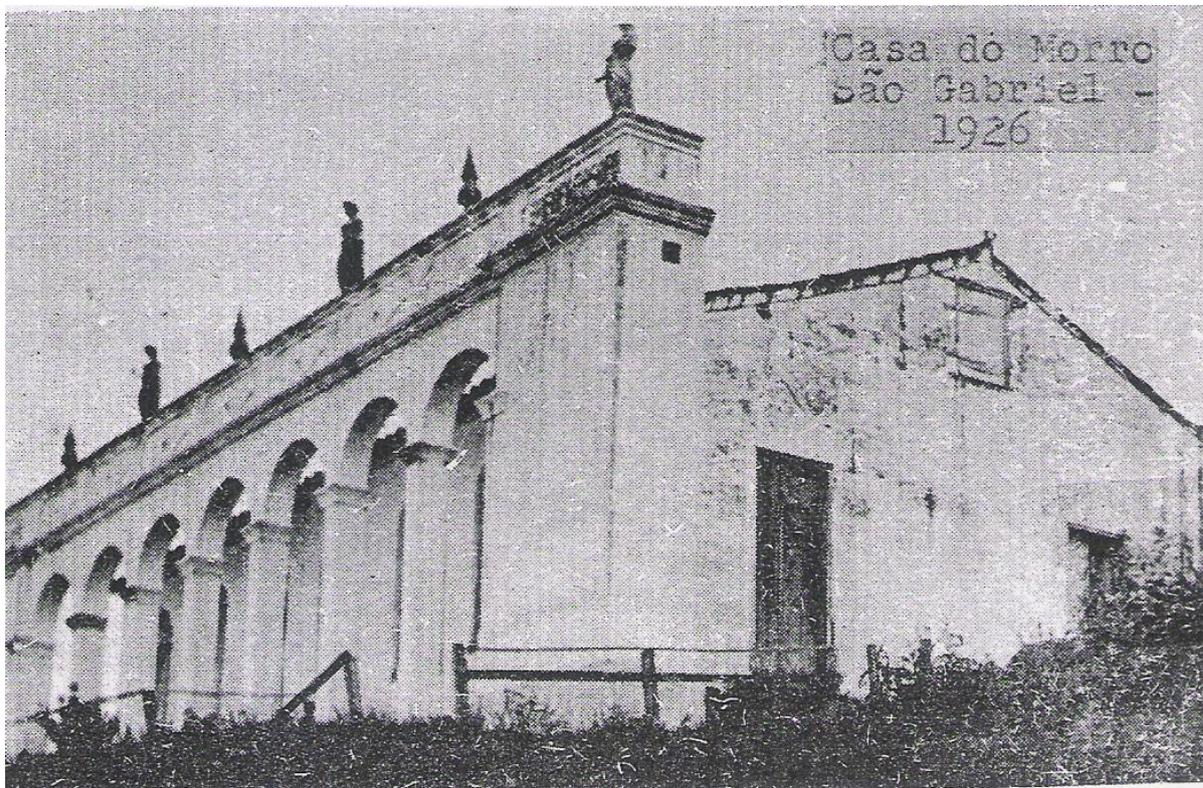
Fonte: Do Autor.

Primórdio mandou construir uma casa de pedra e cal, coberta com telhas de barro<sup>53</sup>, com arquitetura típica do período imperial, que ficou conhecida primeiramente como a Casa Branca dos Arcos do Morro, sendo que atualmente é denominada de Casa do Morro. O prédio contém 305,30m<sup>2</sup> de área construída e possui uma arquitetura mista, tendo em sua fachada sete arcos<sup>54</sup>. Arquitetura com arcos é algo característico do período, como por exemplo, o Arco do Triunfo em Paris e os Arcos da Lapa no Rio de Janeiro. Talvez tenha sido esta a influência na construção dos arcos da Casa do Morro.

---

<sup>53</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado, nº 371, de 1902.

<sup>54</sup> SCHIERHOLT, 2010.

**Figura 6 – Casa do Morro em 1926**

Fonte: Arquivo Municipal de Cruzeiro do Sul.

Nesta fotografia de 1926, a fotografia mais antiga encontrada da Casa do Morro, acima dos arcos existem estátuas e pinhas, no entanto, atualmente as estátuas não existem mais, e no lugar delas foram construídas pinhas. Além disso, há boatos de que em uma forte tempestade, caiu um raio sobre a fachada da casa, destruindo uma parte dos arcos, que foram reconstruídos. Desde a sua construção, que levou em torno de cinco anos, entre 1873 e 1878, a casa já sofreu diversas alterações<sup>55</sup>.

No livro de Wolfgang Hoffmann Harnisch, em que descreve o duelo entre Bento Gonçalves e Onofre Pires durante a Revolução Farroupilha, ocorrido sob uma grande figueira às margens do rio Taquari, na Fazenda São Gabriel, encontramos o seguinte relato sobre a Casa do Morro:

---

<sup>55</sup> SCHIERHOLT, 2010.

E lá no topo do morro, não muito longe da citada figueira, está a “casa mal assombrada”, hoje pertencente à família Lopes. Muitas histórias de lobisomem e fantasma correm pela boca do povo em torno dela. Essa casa dos velhos amigos de Gonçalves é de estilo colonial bem típico, dos primeiros tempos do Primeiro Império, ostentando ainda os restos de estilo arquitetônico usual naquela época. Diante da fachada principal, repartida por numerosas janelas de arco, levanta-se, a pouco mais de metro, uma fileira de colunas, cujos arcos ligam em cima com o telhado, sendo o vão embaixo, à guisa de varanda ou passeio, coberto com lajes. Obteve-se destarte uma fachada dupla. Faz anos, havia uma fileira de estátuas no topo da fachada, correspondendo ao número de colunas. Hoje há apenas uns restos. Diz o povo que o raio abateu as estátuas<sup>56</sup>.

**Figura 7 – Casa do Morro danificada (fotografia registrada aproximadamente entre as décadas de 1920 e 1940).**



Fonte: LOCATELLI; SAIBRO; SCHNEIDER (Org.), 2012.

---

<sup>56</sup> HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. **O Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941. p. 380.

Primórdio morou na casa até 1898, quando veio a falecer no dia 17 de maio, de morte natural, sem assistência médica, com 76 anos de idade. Primórdio não deixou uma grande fortuna, a qual foi dividida entre seus netos e sua filha Maria Altina. Além disso, tinha diversas dívidas, que ultrapassavam a metade do monte mor de Primórdio. A casa foi vendida em hasta pública em 1901, para Leocádia Villanova de Azambuja, esposa de Rafael Fortunato de Azambuja, pelo valor de seiscentos mil réis<sup>57</sup>.

Até 1914 o prédio permaneceu sob a tutela de Leocádia, sendo que a última herdeira da casa foi Nathercia Raphaela de Azambuja Terra, filha de Rafael e Leocádia. Sáráh de Azambuja Neves, neta de Nathercia, relata alguns objetos que existiam na Casa do Morro, como um imenso armário-cristaleira, com espelho de cristal e pedra mármore, castiçais de metal dourado e opalina azul, sopeiras de porcelana inglesa e talheres de prata de lei. Sáráh conservou algumas peças do mobiliário, utensílios, livros, roupas e objetos da família Azambuja<sup>58</sup>.

Posteriormente, a casa foi ocupada por outras famílias, dentre elas a família Lopes, Souza e Guterres<sup>59</sup>, sendo que no dia 7 de agosto de 1962, por meio de um decreto, a Prefeitura Municipal de Lajeado declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a propriedade da Casa do Morro, que tinha como proprietário Armando Lopes<sup>60</sup>. Este decreto é amparado pelo decreto-lei nº 3365, de 1941, que trata das desapropriações por utilidade pública, e funciona como uma ferramenta infraconstitucional de regulamentação para a realização das desapropriações. Um dos objetivos do decreto é

a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza.<sup>61</sup>

Mesmo tendo o primeiro amparo legal para sua preservação e conservação como monumento histórico, a Casa do Morro não recebeu nenhum tratamento especial neste primeiro momento. A partir daí foi ocupada por inquilinos e, mais tarde, serviu de abrigo a um restaurante, a um museu municipal e à biblioteca municipal.

---

<sup>57</sup> APERS. Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lajeado nº 371, de 1902.

<sup>58</sup> CADERNO CULTURAL: A “Casa Branca”. Centro Cultural 25 de Julho “Vale do Taquari”, Estrela, n. 03, agosto de 1985.

<sup>59</sup> HISTÓRIAS que os cupins podem apagar. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 26, 3 jan. 1999.

<sup>60</sup> LAJEADO, 1962.

<sup>61</sup> BRASIL, 1941.

Algumas lendas sobre a Casa do Morro ainda permanecem vivas no imaginário da comunidade cruzeirense, como a presença de ouro no porão e de fantasmas. Em entrevista realizada a um inquilino que morou na Casa durante a década de 1960 com sua família, o mesmo faz alguns relatos interessantes:

E1 – E daí era aquele correrio ali dentro, oh dava um correrio de noite ali dentro. Porque o quarto nosso era bem no corredor assim e aí, nós não via nada, e disseram que a Casa era mal assombrada. Pode ser, mas aquilo ali... muitos diziam que passava corrente, né correndo ali.<sup>62</sup>

E1 – E muita gente as vezes até dizia: mas, vocês nunca cavaram aí, não tem ouro nada? Mas, nunca ninguém achou nada.<sup>63</sup>

Além disso, no livro de Antonio Augusto Fagundes, encontramos “A lenda da Casa Branca”, referente à Casa do Morro:

Cruzeiro do Sul é um pequeno município, desmembrado de Lajeado. Nos arredores da cidade, quase encostada no morro está a Casa Branca, muito antiga, impressionante em sua solidez, ainda hoje.

Dizem que foi erguida ali bem no alto para fugir das enchentes e, como era o tempo da Guerra dos Farrapos, a casa servia também de fortaleza. Aliás, foi um tio do General farrapo Bento Gonçalves da Silva quem mandou erguer a Casa Branca de Cruzeiro do Sul.

Diz a lenda que lá os farrapos, quando viram malograr o sonho da República Rio-grandense, esconderam ouro, prata e jóias. E que os fantasmas assombram as noites do casarão, como cuidando do tesouro, que é sagrado: só pode ser usado no interesse supremo do Rio Grande do Sul.<sup>64</sup>

No entanto, nota-se um equívoco na lenda, pois a Casa não foi erguida durante a Guerra dos Farrapos, como fala a mesma, e sim após o fim da Guerra do Paraguai. Outro aspecto que a lenda ressalta é o parentesco do dono da Casa e Bento Gonçalves. Sabemos que uma das irmãs de Primórdio casou-se com o filho de Gonçalves, entretanto, não há como garantir se a lenda está se referindo à Primórdio.

---

<sup>62</sup> E1 – Entrevistado 1: depoimento [21 set. 2016]. Entrevistador: Júlia Leite Gregory. Cruzeiro do Sul/RS: 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Júlia Leite Gregory. P. 6.

<sup>63</sup> E1 – Entrevistado 1: depoimento [21 set. 2016]. Entrevistador: Júlia Leite Gregory. Cruzeiro do Sul/RS: 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Júlia Leite Gregory. P. 14.

<sup>64</sup> FAGUNDES, Antonio A. **Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000. P. 160.

Ao longo dos anos, a Casa sofreu intensa degradação causada pelo tempo e pela ação humana, mesmo passando por alguns processos de reforma. A Casa está fechada desde o ano de 2003, mas é de fácil acesso a vândalos. O monumento histórico se encontra no centro do Brasão de Armas do município e teve seu tombamento (que será detalhado no próximo capítulo) reconhecido em 2006 a nível municipal.

### 3 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA DO MORRO

Entende-se como processo de patrimonialização a busca dos grupos sociais em autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado<sup>65</sup>, isto é, a reivindicação patrimonial que os grupos efetuam ao autenticarem sua memória e identidade através dos lugares de memória, sejam eles materiais ou imateriais, inserindo-os nessa narrativa, ou seja, patrimonializando-os. Nesta perspectiva, o recente movimento do grupo Amigos da Casa do Morro vem buscando a patrimonialização da Casa, que representa a memória e identidade de boa parte da população cruzeirense, tornando-a um lugar de memória que já sofreu inúmeras modificações estruturais, passou por várias reformas, e suscitou a organização da própria população em prol da sua preservação.

#### 3.1 Patrimônio, Identidade e Memória

A palavra “patrimônio” é utilizada em inúmeros contextos e classificações, sendo inclusive, muito utilizada no cotidiano. Ela pode se referir ao patrimônio financeiro e econômico, imobiliário, ou também à noção de patrimônio cultural, arquitetônico, histórico, artístico, etnográfico, ecológico, genético e imaterial. A noção de patrimônio histórico tutelado pelo Estado surgiu no final do século XVIII, no entanto, a noção de patrimônio também está presente em outros períodos, e até mesmo nas sociedades tribais<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, 2010.

<sup>66</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

José Reginaldo Santos Gonçalves propõe a noção de patrimônio como uma categoria de pensamento, na qual o patrimônio não se restringe a apenas uma categoria específica, mas é, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Sendo assim, o patrimônio é uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. De acordo com o autor,

é possível transitar de uma a outra cultura com a categoria “patrimônio”, desde que possamos perceber as diversas dimensões semânticas que ela assume e não naturalizemos nossas representações a seu respeito. Em contextos sociais e culturais não modernos, ela coincide com categorias mágicas, tais como mana e outras, e define-se de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com o poder especial de estender-se e propagar-se continuamente.<sup>67</sup>

Em relação à interpretação moderna de patrimônio histórico, os monumentos passaram a ser preservados a partir da Idade Média, quando prédios pagãos da Antiguidade eram conservados pela Igreja para serem utilizados de outra forma, como, por exemplo, para moradia. Como se vivia em tempo de crise financeira, isso acabava ocasionando uma redução de gastos. Além do interesse utilitário, o clero também buscava preservar as obras pagãs devido ao interesse e respeito por elas, afinal, o saber clássico representava muito à Igreja. Percebe-se, portanto, que a primeira forma de preservação ocorreu por meio da reutilização dos monumentos pelos cristãos, bem como pela reutilização do material construtivo, que era incorporado às novas construções. Aos poucos, a cultura clássica foi sendo cristianizada.<sup>68</sup>

A arquitetura e a escultura clássica eram muito valorizadas por artistas e eruditos por volta dos séculos XIV e XV. Essa arte era considerada superior, fazendo com que uma série de colecionadores guardasse objetos dessas civilizações. Porém, havia uma distinção entre a valorização empregada pelos artistas e a empregada pelos intelectuais letrados. Os artistas analisavam as obras a partir da arte, ou seja, observavam a estética dos objetos, enquanto os intelectuais só davam valor àquilo que fosse escrito, aos vestígios autênticos de um passado que se pretendia conhecer e preservar. É quando essas duas visões se unem que nasce o monumento histórico, levando humanistas, artistas e príncipes italianos a conservar diversos objetos em um espaço que abrigue suas antiguidades. Essas coleções são precedentes aos museus.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>68</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

<sup>69</sup> Ibidem.

Entretanto, a conservação de edifícios se torna mais complicada, pois depende da paixão pelo saber e do amor pela arte. E devido a isso, muitos monumentos da Antiguidade não foram conservados de forma efetiva e sistemática, mesmo havendo a tomada de consciência do valor histórico e artístico dos mesmos. É necessário a proteção do domínio público e político para que ocorra a preservação.<sup>70</sup>

Portanto, a ideia de patrimônio que se tinha na época, antes de haver a tutela do Estado sobre os monumentos, é aquela extremamente conservadora, em que se considera patrimônio apenas os prédios dignos de valor histórico e artístico, ou seja, apenas os patrimônios materiais. Esses monumentos eram legitimados por grupos sociais específicos, os quais pertenciam às camadas superiores da sociedade, como os aristocratas, os monarcas e o clero.

A noção oficial de patrimônio e de nação se originou no século XVIII, com a Revolução Francesa<sup>71</sup>. No Brasil, os patrimônios nacionais sempre foram tutelados pelo Estado, pensados por intelectuais, logo, esses patrimônios ditos oficiais dizem respeito às classes dominantes, que buscam criar símbolos nacionais que identifiquem a população com a nação como uma forma de educação. Porém, dessa forma, apenas um setor da população se vê reconhecido, pois consegue se identificar com determinados objetos, os quais são remetidos à memória do grupo. Os outros setores da população acabam sendo excluídos do campo patrimonial, sendo forçados a incorporarem outros objetos às suas concepções de identidade. Embora ao longo dos anos esses grupos comessem a ser representados, suas manifestações culturais ainda têm um longo caminho a percorrer para que sejam realmente reconhecidas.<sup>72</sup>

No Brasil, as políticas públicas de preservação do patrimônio nacional também foram pensadas por intelectuais, e no ano de 1936, criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que tinha como objetivo proteger os bens culturais do país. Seus membros defendiam que o patrimônio cultural da nação não era representado apenas por monumentos e obras de arte. Entretanto, a única prática preservacionista aplicada era o tombamento, o que acabava excluindo do campo patrimonial uma série de outros bens. O Sphan foi criado pelo ministro da Educação e Saúde Pública da época, Gustavo Capanema.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Ibidem.

<sup>71</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> Ibidem.

A partir da década de 1970, já com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antigo SPHAN, novas práticas preservacionistas começaram a ser pensadas. As manifestações culturais de outros grupos sociais passaram a fazer parte do patrimônio cultural brasileiro, e não somente os monumentos da história oficial, da qual as elites pertenciam. No entanto, somente com o Decreto n.3.551/2000, bens culturais de natureza imaterial passaram a ser registrados pelo órgão<sup>74</sup>. O IPHAN tem a incumbência de identificar, catalogar, restaurar, conservar, preservar, fiscalizar e difundir os bens culturais em todo o território brasileiro.

No Brasil, nota-se que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural sempre estiveram relacionadas aos conceitos de identidade nacional dos governos. Durante o período populista, o patrimônio arqueológico passou a ser reconhecido. No período do regime militar, com o Ato Institucional n. 5, alguns impasses foram criados para a preservação do patrimônio cultural. A partir da década de 1970, o governo federal passou a incentivar a criação de vários programas em prol da cultura e da preservação do patrimônio. Entre eles estão o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, Programa de Ação Cultural (PAC), Política Nacional de Cultura, Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), Fundação Nacional Pró-Memória, entre outros. O CNRC (1975) propunha se distinguir das outras instituições oficiais, propondo uma nova forma de atuação na área da cultura. O centro buscava definir um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira.<sup>75</sup>

A partir da década de 1980, com a queda do regime militar, novas discussões sobre as práticas preservacionistas ocorreram. Outras manifestações culturais também passaram a ser preservadas, como as indígenas e afro-brasileiras, ou de qualquer outro grupo social. Vários projetos de restauração foram implementados no país, como é o caso do Pelourinho, na cidade de Salvador, Bahia<sup>76</sup>. De acordo com Pedro Funari e Sandra Pelegrini,

apesar do valor positivo desses projetos, pautados pela transformação do patrimônio em áreas de interesse turístico, a implantação de programas dessa natureza deve escapar à tentação de reduzir o patrimônio a “cenários” da indústria cultural e à lógica do entretenimento, dissociando toda a fruição dos bens culturais da memória social e histórica.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> FONSECA, 2005.

<sup>77</sup> FUNARI; PELEGRINI, op. cit., p. 53-54.

Foi nas décadas de 1970 e 1980 que os intelectuais responsáveis pelas políticas públicas de preservação do patrimônio passaram a defender a ideia de que o processo de definição dos patrimônios deveria ser realizado em conjunto com a sociedade, de forma democrática<sup>78</sup>. Foi nesse período que a noção de referência cultural foi introduzida no vocabulário das políticas de patrimônio, suscitando “indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos”<sup>79</sup>. A partir dessas indagações pode-se concluir que a preservação é uma demonstração de poder, pois, grosso modo, são os poderosos que conseguem preservar a representação da sua identidade, em detrimento de outras representações culturais. No entanto, considerava-se que todas as manifestações culturais deveriam incluir o patrimônio cultural brasileiro, representações de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

A expressão referência cultural, baseada em uma concepção antropológica de cultura, enfatiza a diversidade da produção material, dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. As manifestações culturais só podem ser definidas como referências culturais “quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos”<sup>80</sup>, quando representam a identidade dos sujeitos envolvidos.

Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma *ressemantização* desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. O ato de apreender *referências culturais* pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas, como também a elaboração de relações entre elas e a construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de *informantes* como também de *intérpretes* de seu patrimônio cultural.<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> FONSECA, op. cit.

<sup>79</sup> FONSECA, 2001, p. 111-112.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>81</sup> Ibidem, p. 113-114.

Nessa perspectiva, com o Decreto nº 3.551/2000, foi criado o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o qual oficializou outras formas de tombamento do patrimônio histórico nacional. A partir de então, artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, bem como os objetos históricos e artísticos, monumentos representativos da memória e centros históricos já consagrados e protegidos pelas instituições e agentes governamentais, passaram a constituir o patrimônio cultural nacional.<sup>82</sup>

O tombamento é um dos instrumentos utilizados para a salvaguarda de patrimônios materiais brasileiros e foi instituído pelo Dec.-Lei 25, de 1937. O tombamento tem por finalidade proteger bens materiais que fazem parte do patrimônio natural e cultural brasileiro, visando evitar alterações e destruições que eliminem vestígios de fatos ou épocas do interesse da sociedade, ou ainda as áreas de interesse paisagístico. O entorno do imóvel tombado também pode receber restrições administrativas para que não sofra descaracterizações. Os bens materiais tombados, que podem ser móveis ou imóveis, são inscritos separada ou agrupadamente, num dos quatro Livros do Tombo (Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Tombo Histórico, Tombo das Belas Artes e Tombo das Artes Aplicadas), na repartição federal, estadual ou municipal. Desde a Constituição de 1988, a competência e fiscalização do tombamento são divididas entre a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios, sendo que os municípios só possuem ingerência sobre o patrimônio histórico-cultural local<sup>83</sup>.

É possível o tombamento de bens públicos e privados, sendo que neste último caso, vários dispositivos constitucionais limitam o direito de propriedade garantindo que o Estado pode intervir e sujeitar o proprietário de um bem de valor para a cultura do país a um regime especial de tutela, usando de seu domínio eminente no cumprimento do dever de proteção à cultura. No caso do tombamento de bens públicos, “a autoridade administrativa que determinar o tombamento deverá notificá-lo à entidade a quem pertencer, ou à pessoa sob cuja guarda esteja a coisa tombada, sob pena de não produzir os efeitos necessários”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> FONSECA, 2005.

<sup>83</sup> ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v. 98, 2008, p. 65-97.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 68.

Como o tombamento só diz respeito a bens materiais da cultura, foi necessário criar mecanismos de proteção aos bens imateriais, como o Decreto nº 3.551/2000 já citado anteriormente, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Este Registro “trata-se de uma catalogação especial de manifestações folclóricas, hábitos, práticas sociais, lugares de referência popular, independente de seu valor histórico, paisagístico ou arquitetônico”<sup>85</sup>. Foram criados livros específicos para o registro, os quais são o Registro dos Saberes, Registro das Celebrações, Registro das Formas de Expressão e Registro dos Lugares, sendo que é possível a abertura de outros livros de registro, caso algum bem não possa ser devidamente enquadrado no âmbito dos pré-existentes.

A instauração do processo de registro pode ser requerida por sociedades ou associações civis, Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, e o próprio Ministro da Cultura. O pedido é dirigido ao Presidente do Iphan, que deve submetê-lo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural mediante parecer publicado no Diário Oficial da União. Se o pedido for aceito pelo Conselho, o bem será inscrito no livro apropriado e receberá o título de Patrimônio Cultural do Brasil, cabendo ao Ministério da Cultura sua promoção e divulgação. No entanto, o registro não é definitivo, sendo que o IPHAN deve reavaliar, no mínimo a cada dez anos, os bens culturais registrados e encaminhar parecer ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para que este decida sobre a revalidação. Caso não seja revalidado o título, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo<sup>86</sup>.

Como exemplos de patrimônios imateriais brasileiros temos a capoeira, o frevo, o maracatu, o samba de roda, o fandango, a chula, o forró, o carnaval e o chimarrão. Além disso, o Brasil também está repleto de patrimônios ambientais como o Corcovado, as cachoeiras de Foz do Iguaçu e o Pantanal. Os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável dada pela natureza ou pela ação do homem são passíveis de tombamento, portanto, podem ser considerados patrimônios, tanto paisagens autóctones quanto não autóctones, como uma mata virgem ou um jardim botânico. De acordo com Sandra Pelegrini,

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>86</sup> ALVES, 2008.

essa exuberância natural e riqueza cultural nos preenchem de um sentimento vigoroso que nos vincula às nossas tradições e nutre o sentido de pertença aos nossos lugares de origem. Todos esses elementos integram a nossa 'brasilidade', nossa identidade comum.<sup>87</sup>

Porém, apesar de existir a valorização das tradições orais, saberes e ofícios de todas as culturas brasileiras, principalmente daquelas invisibilizadas pelas culturas dominantes, percebe-se que o patrimônio material ainda é mais valorizado que o patrimônio imaterial das cidades. Os conjuntos arquitetônicos são tratados como símbolos da memória oficial das nações, sendo utilizados desta maneira pelos representantes políticos das sociedades, que têm a pretensão de transformá-los em símbolos do poder estatal, das suas instituições e dos setores dirigentes da população. Isto ocorre em detrimento dos bens culturais produzidos por outros setores da população, embora estes venham reivindicando a preservação e o reconhecimento das suas manifestações culturais, tanto materiais quanto imateriais, amparados pela legislação vigente<sup>88</sup>.

A estratégia mais comum de preservação dos monumentos históricos empregada pelo poder público, aliada à iniciativa privada, é a reutilização desses espaços de maneira autossustentável e direcionada ao turismo. No entanto, essas estratégias acabam se limitando à restauração das fachadas, à limpeza dos monumentos e à exclusão da população pobre dessas áreas, as quais são transformadas em núcleos com padrões burgueses. Poucos são os casos em que houve um processo de restauração patrimonial concomitante com um projeto de política habitacional para amparar as camadas pobres da sociedade que viviam em locais a serem restaurados. Poucos são os casos também em que essa população foi beneficiada com a atração turística que essas restaurações proporcionaram<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> PELEGRINI, Sandra C. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009, p. 14.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> Ibidem.

Apesar disso, o campo de estudo da Educação Patrimonial vem buscando levar as pessoas a interagirem, conhecerem e a se identificarem com o seu patrimônio cultural, para que ocorra a preservação consciente dos bens culturais, e o reconhecimento da sua própria história cultural, tornando-as sujeitos históricos, e não apenas espectadores. Esse método fortalece os sentimentos de identidade e cidadania, e pode ser aplicado sobre qualquer manifestação da cultura, podendo ser um objeto, um monumento, um sítio arqueológico, uma paisagem natural, uma manifestação popular, ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente<sup>90</sup>.

Horta define a Educação Patrimonial como “um processo *permanente e sistemático* de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como *fonte primária* de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”<sup>91</sup>. Portanto, a Educação Patrimonial não se restringe apenas aos ambientes escolares, podendo ser realizada em qualquer espaço que propicie experiências ou contatos com manifestações da cultura por parte da sociedade.

Neste trabalho, o conceito de patrimônio será tratado como resultado de uma escolha política que tem o objetivo de contribuir para a construção da identidade dos grupos sociais, por conseguinte, o conceito de identidade será analisado como uma construção social, não estática, que sofre alterações ao longo do tempo. A Casa do Morro de Cruzeiro do Sul será interpretada como um lugar de memória que desperta em muitas pessoas o sentimento de representatividade de sua identidade.

Joël Candau<sup>92</sup> define três diferentes manifestações da memória individual. A primeira, a protomemória, é imperceptível e ocorre sem a tomada de consciência. É o primeiro estágio da memória, aquele que desenvolvemos ainda na barriga da mãe, e tem uma estreita ligação com o nosso corpo. Ela é responsável pelo armazenamento de informações que dizem respeito principalmente a ações, as quais são efetuadas sem que tenhamos consciência do que estamos fazendo. O segundo estágio, a memória propriamente dita, é responsável pela capacidade de lembrar, reconhecer e esquecer. Já a metamemória não depende da faculdade de memória, como as duas anteriores, ela é uma representação relativa a essa faculdade, uma representação de como nós interpretamos e descrevemos nossa memória. É nesse estágio que ocorre a construção da identidade, em que a memória se manifesta de maneira ostensiva. Já na

---

<sup>90</sup> HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>92</sup> CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

memória coletiva, só é possível uma forma de metamemória, que atua como representação, e não como faculdade, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”<sup>93</sup>.

O conceito de memória é apresentado por Duarte como uma função que garante, em toda sociedade, o domínio, a preservação, a transmissão e a continuidade do significado de todas as coisas. E que ao longo do tempo vem sendo sistematizada por várias ferramentas que procuram eternizar a memória, como a escrita e, atualmente, os instrumentos da indústria da informação. Essas ferramentas podem apresentar um perigo à memória coletiva, pois aparecem como um recurso suplementar à mnemotecnica, a arte de desenvolver a memória por meio de exercícios apropriados, ou seja, esses meios podem representar a substituição da elaboração íntima, vivenciada, experienciada da memória<sup>94</sup>.

O pensamento de Nora vai ao encontro do de Duarte, quando diz que a memória é um processo vivo e dinâmico vivenciado por todos os grupos, étnicos e/ou sociais, constituindo-se como um fenômeno sempre atual. Diferente da história, que possui caráter universal, comum a todos, e que é uma representação do passado. A respeito dessa diferenciação, e da relação das mesmas, o autor destaca:

Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta, o que aconteceu? Pode-se apreender o que aconteceu, no ponto de chegada da metamorfose contemporânea<sup>95</sup>.

Com o esquecimento da memória tradicional, nos obrigamos a criar lugares de memória como arquivos, museus e bibliotecas, que transformaram a memória em história e acabaram se tornando gigantescos armazenadores de informações que não somos capazes de lembrar. Esta memória contida nos arquivos é interiorizada como uma obrigação individual, e não mais como uma prática social.

Os lugares de memória podem ser materiais ou imateriais, desde que sejam simbólicos e funcionais e, principalmente, que incitem uma “vontade de memória”. “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de

---

<sup>93</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>94</sup> DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

<sup>95</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, 1993. p. 14.

sua própria história”<sup>96</sup>. Sendo assim, os lugares de memória representam o encontro da memória e da história, fazendo com que diversos grupos busquem neles sua identidade e origem. Com o desaparecimento da memória espontânea, os grupos reconstituem sua memória a partir dos lugares de memória para que possam definir sua identidade, criando operações não naturais como celebrações e aniversários para rememorar o passado.

Essa necessidade dos grupos de buscarem sua origem é devida, de acordo com Nora, à fragmentação da sociedade contemporânea, que acabou com a história-memória e multiplicou as memórias particulares. Portanto, “os lugares de memória são espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com esses espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos”<sup>97</sup>.

A busca dos grupos por sua origem também é uma busca para encontrar ou reafirmar sua identidade, seja ela individual ou coletiva. Nesse sentido, entendemos o conceito de identidade como resultado de uma construção social, que acontece em uma relação dialética com o outro. Entretanto, ao contrário do que é discutido no ambiente acadêmico, no cotidiano dos indivíduos, suas identidades continuam a ser representadas em aspectos essencialistas. Ou seja, há a tendência de generalizarmos grupos sociais de acordo com sua “essência”, ao transformar uma característica singular em geral, como por exemplo, os estereótipos cultural e nacional<sup>98</sup>.

Entretanto, sabemos que não morremos da mesma forma que nascemos. Ao longo da vida modificamos nossas concepções e atitudes constantemente, e isso se deve ao nosso convívio em sociedade e às diferentes vinculações sociais estabelecidas, como por exemplo, de sexo, de idade, de nação, de classe social, de grupo cultural, etc. Portanto, “cada indivíduo integra, de forma sintética, a variedade das referências identificatórias que estão ligadas à sua história”<sup>99</sup>, sendo detentor de uma identidade sincrética. “Essas variações situacionais da identidade impedem de reificá-la, de reduzi-la a uma essência ou substância”<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>97</sup> NORA apud ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. Ouro Preto: UFOP, 2004, p. 6. ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, 1., 2004, Mariana. **Anais**.

<sup>98</sup> CANDAU, 2010.

<sup>99</sup> BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul, n. 5, 2009, p. 148.

<sup>100</sup> CANDAU, 2014, p. 27.

[...] As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais –, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socioambientais – situações, contexto, circunstâncias –, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados.<sup>101</sup>

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que nos identificamos também nos diferenciamos dos grupos culturais com que convivemos. Essa capacidade de alteridade também é uma característica identitária, pois por meio do contato com o diferente, aspectos próprios da identidade se manifestam numa rede complexa de significados, que tanto pela aproximação, quanto pela oposição reforçam os valores culturais dos grupos que compartilham deste contato.

A identidade está intimamente ligada à memória, sendo que as duas adquirem um caráter de interdependência, pois a memória faz com que a identidade sobreviva ou não ao longo do tempo, podendo ser responsável tanto pelo seu reforço (através da lembrança) quanto pelo seu enfraquecimento (através do esquecimento). Entretanto, a memória também depende da identidade, pois os indivíduos e os grupos fazem suas escolhas memoriais (por exemplo, escolhas patrimoniais) de acordo com aquilo que os identifica (sua identidade). Daí a necessidade dos grupos de preservar aquilo que os representa, de preservar sua identidade com o objetivo de a patrimonializar. Essa preocupação com a patrimonialização vai ao encontro do interesse dos grupos em afirmar sua identidade e reconhecer os elementos que a constituem, obtendo assim, representações identitárias que os diferenciam culturalmente. Representações que podem se constituir em lugares de memória, como afirma Pierre Nora. “Assim, certas ações de patrimonialização estão na origem de memória e identidade. Logo, a patrimonialização desempenha um papel essencial para autenticar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado”<sup>102</sup>.

Sendo assim, os grupos sociais escolhem os seus patrimônios, tanto materiais quanto imateriais, de acordo com sua memória e identidade. Ou seja, “(...) qualquer patrimônio é entendido como uma escolha política e não como um dado natural, objetivo e incontestável”<sup>103</sup>. O patrimônio cultural é uma construção social e histórica que parte da

---

<sup>101</sup> Ibidem, p. 27.

<sup>102</sup> CANDAU, 2010, p. 49.

<sup>103</sup> CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*. v.02, 2010, p.7-16. P. 10.

própria sociedade, de forma democrática e participativa<sup>104</sup>. Devido a isso, muitos setores sociais nunca se sentiram representados pelos símbolos nacionais impostos pelo Estado, afinal, esses símbolos sempre representaram as camadas dominantes da sociedade. A constituição de memórias e identidades nacionais a partir da escolha de determinados símbolos afeta intimamente a diversidade cultural de um país, pois deixa desassistidos, invisibilizados e marginalizados vários grupos étnicos e sociais.

O reflexo que essa política de patrimônio empregada pelo Estado causou é o pensamento quase que hegemônico da ideia simplista de patrimônio histórico e cultural, a qual evoca “um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas dos historiadores”<sup>105</sup>.

A partir da Constituição Federal de 1988, os bens imateriais também passaram a integrar o patrimônio cultural brasileiro, constituído a partir de então pelas formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Para auxiliar na preservação desses bens culturais, existem alguns mecanismos criados pelo Estado para desempenhar essa função, como é o caso do tombamento e de leis de propriedade intelectual e de direito autoral. No entanto, algumas manifestações culturais acabam ficando prejudicadas por não terem um amparo específico de proteção, o qual se restringe à integridade física dos bens.

Essa preocupação com o patrimônio imaterial é bastante atual, e, de acordo com Fonseca, se ater apenas à proteção física é esquecer o que a justifica.

Para que essa função se cumpra, é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” – bases para a seleção do que deve ser protegido –, seguida pelas ações de “promover” e “difundir”, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados<sup>106</sup>.

<sup>104</sup> KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). In: **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

<sup>105</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59.

<sup>106</sup> FONSECA, 2009, p. 67.

Nesse sentido, é importante que a sociedade participe do processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural, afinal, o patrimônio representa os grupos sociais. É evidente que só a preservação física não basta para perpetuar a ideia de patrimônio dos bens culturais. É necessária uma ação constante de relação da sociedade com esses patrimônios, uma relação que estabeleça vínculos com a memória e a identidade social, para que a representação destas, o patrimônio, não caia no esquecimento. Já dizia Arantes<sup>107</sup> que a preservação do patrimônio cultural é uma prática social.

### 3.2 O símbolo histórico de Cruzeiro do Sul

O município de Cruzeiro do Sul foi criado em 22 de novembro de 1963, por meio da lei nº 4615. Foi através de um plebiscito que a população decidiu se emancipar do município de Lajeado. A primeira administração teve seu mandato entre 22 de março de 1964 a 30 de janeiro de 1969, tendo como prefeito o cidadão Emílio Treter Sobrinho<sup>108</sup>. Entretanto, foi somente no ano de 1965, especificamente no dia 18 de outubro, que os representantes da comunidade demonstraram interesse na Casa do Morro. O vereador José Manoel Ruschel propôs a doação da Casa do Morro pela Prefeitura de Lajeado, tendo em mente que a Casa poderia ser um ponto turístico de grande rendimento para o município<sup>109</sup>. A proposta foi aprovada, e a Prefeitura de Cruzeiro do Sul passou a administrar a Casa do Morro.

Porém, a Escritura Pública de Doação só foi realizada em 1970, na qual a Prefeitura Municipal de Lajeado doa gratuitamente

uma área de terrenos com a superfície de (6.852,50 m<sup>2</sup>) seis mil oitocentos e cinquenta e dois e meio metros quadrados, com uma casa velha de material, em ruínas, sita na Encosta do Morro, nesta cidade, sem denominação de quadra, lote, quarteirão ou ruas. [...] O referido imóvel se acha livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou hipotecas. [...] [A Prefeitura Municipal de Lajeado transfere à donatária Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul] o domínio, direito, posse e ação que tinha no aludido imóvel, para que dele use, goze e disponha[...].<sup>110</sup>

Em 21 de dezembro de 1966<sup>111</sup>, os vereadores estudam o Orçamento para o exercício de 1967. A verba de Cr\$4.000.000 para a recuperação da Casa do Morro foi desdobrada da seguinte maneira: Cr\$1.500.000 para o Ginásio Santa Terezinha, Cr\$1.000.000 para obras no

---

<sup>107</sup> ARANTES apud FONSECA, 2009.

<sup>108</sup> SCHIERHOLT, 2010.

<sup>109</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 41/65**, 18 de outubro de 1965.

<sup>110</sup> Escritura Pública de Doação. 17 de dezembro de 1970. Cartório Distrital de Cruzeiro do Sul.

<sup>111</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 56/66**, 21 de dezembro de 1966.

sangradouro da Lagoa em São Miguel, Cr\$500.000 para instalação da Câmara de Vereadores e Cr\$500.000 para instalação do Gabinete do Prefeito. Ficou, portanto, restando uma verba de Cr\$500.000 para a recuperação da Casa do Morro. Esta é a primeira reforma que a Casa recebe, no entanto, tanto nesta como nas outras que ocorreram, o prédio acabou recebendo modificações que alteraram a arquitetura original da obra.

A partir de 1968, os vereadores passaram a elaborar o Brasão de Armas e a Bandeira do novo município<sup>112 113</sup>. E, em 1969, os símbolos são criados oficialmente por meio das leis nº 109/1969<sup>114</sup> (Brasão de Armas) e nº 110/1969<sup>115</sup> (Bandeira).

**Figura 8 – Bandeira de Cruzeiro do Sul com o Brasão de Armas**



Fonte: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Bandeira\\_de\\_Cruzeiro\\_do\\_Sul\\_-\\_RS.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Bandeira_de_Cruzeiro_do_Sul_-_RS.png)>.

<sup>112</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 85/68**, 3 de junho de 1968.

<sup>113</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 86/68**, 1º de julho de 1968.

<sup>114</sup> LOCATELLI; SAIBRO; SCHNEIDER (Org.), 2012. P. 43.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 44.

Na interpretação do Brasão realizada na Lei nº 109/1969 tem-se as seguintes informações:

O escudo significa a proteção do povo de Cruzeiro do Sul aos Poderes Constituídos. A Coroa de 13 pontas em Prata, significa a cidade, cabeça da Administração. A casa branca da Fazenda, o monumento histórico do Município. O céu azul, o imenso Estado gaúcho, do qual Cruzeiro do Sul é uma estrela que forma a constelação estadual. As estrelas do Cruzeiro do Sul, símbolo básico que deu origem ao nome do Distrito e posteriormente o Município de Cruzeiro do Sul. A faixa dourada a aristocracia do Município. As bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, simbolizam e identificam as unidades Estadual e Federal a que pertence o Município. A cor verde, amarelo, azul e branco, em conjunto simbolizam as cores da bandeira brasileira. A cor verde representa os campos e a natureza do Município e a esperança que a população de Cruzeiro do Sul tem nesta terra promissora. O azul simboliza o imenso céu que cobre o Estado e o País. As cores amarela e branca as riquezas do Município.<sup>116</sup>

Já na bandeira temos a seguinte interpretação:

A divisão do retângulo em três partes simboliza os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Poderes de atribuições diferentes, mas harmônicos entre si. A cor branca simboliza a paz e a pureza de sentimentos da população cruzeirense. A cor azul representa o imenso céu que cobre o Município e as águas do Rio Taquari que banham o Município em toda a sua extensão. O Brasão de Armas caracteriza o momento histórico e a Constelação que deu origem ao nome do Município.<sup>117</sup>

Nota-se que os representantes da população fizeram uma escolha para elaborar os símbolos do município, e essa opção deu destaque para representações elitistas, como a Casa do Morro. Essa escolha política, realizada pelo pequeno grupo social, elegeu o patrimônio histórico com o intuito de que este contribuísse para a construção da identidade do novo município. Percebemos que a opção feita reforça a ideia tradicional e conservadora sobre patrimônio, aquela que entende patrimônio apenas como obras materiais, em especial monumentos herdados de gerações anteriores.

Os símbolos não brotam do instinto nem são fotografias da realidade. São antes peças criadas para promover, divulgar, exaltar certos conteúdos importantes na coletividade que os adota. Na medida em que destacam atividades e comportamentos, eles, ao mesmo tempo, revelam características de quem os elegeu. Assim, mesmo quando os hinos ou brasões são criações encomendadas a autores estranhos à comunidade, constituem testemunho importante. Se não foram criados por munícipes, os símbolos são por eles aceitos e reconhecidos como representativos de seu pensamento. Lembremos que os símbolos resultam da convergência de ideias, de construções convencionais; tornam-se legítimos porque têm a cultura vigente na base. Nesta medida, os símbolos são capazes de tornar sensíveis os valores compartilhados ou, ao menos, podem ser tomados como peças relevantes, quando se procura identificar os valores a eles subjacentes<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> LOCATELLI; SAIBRO; SCHNEIDER (Org.), 2012, p. 43.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>118</sup> HUPPES apud NICOLINI, Cristiano. **A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari**: etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional,

O principal símbolo da cidade de Cruzeiro do Sul destaca a aristocracia advinda da cultura açoriana do Vale do Taquari, deixando à margem outros elementos culturais provenientes da presença de negros escravizados e libertos, e povos indígenas na região. Esta última é evidenciada pela grande produção de aipim do município, cultivo tradicionalmente associado a grupos indígenas, e é destacada pela feira denominada ExpoCruzeiro que ocorre concomitantemente com a Festa do Aipim a cada dois anos e já teve seis edições. A presença indígena no município também já foi estudada pelo pesquisador Pedro Augusto Mentz Ribeiro, que realizou coleta de cerâmica guarani na margem esquerda do Arroio Castelhana<sup>119</sup>.

Christillino<sup>120</sup> aponta também para a presença de um grupo heterogêneo em relação à sua formação chamado de lavradores nacionais, responsável por uma grande parcela da produção agrícola do país durante o século XIX. Os lavradores nacionais estiveram presentes no Vale do Taquari atraídos pelas terras férteis ricas em recursos naturais, atuando no trabalho com as plantações de ervais, e também como mão-de-obra livre da elite fundiária. Muitos tiveram suas terras expropriadas pelos processos de grilagens e especulações fundiárias ocorridas intensamente após a Lei de Terras.

A família Xavier de Azambuja, considerada a precursora do município de Cruzeiro do Sul, sempre é exaltada e posta em destaque quando se fala na história e origem do município. “O Município de Cruzeiro do Sul, que incorporava originariamente uma região que era rica em ervais no século XIX, nos quais havia uma grande quantidade de trabalhadores neles alojados, desconsiderou a contribuição destes, se restringindo apenas à Família Azambuja”<sup>121</sup>.

Uma simples observação dos “historiadores locais”, já constataria a existência de outras “famílias ilustres”, as quais não se restringiam aos Azambuja, o que já pode ser visualizado nos registros paroquiais de terras de Santo Amaro. Enquanto isto a grande massa de lavradores nacionais continua sendo apagada da memória social. São estes trabalhos que servem de base a muitos outros, de cunhos historiográficos, de circulação regional, e mesmo estadual, contribuindo para o apagamento deste grupo até mesmo em textos voltados ao público acadêmico. Algo relativamente cômodo, pois a reprodução da “história já trabalhada” é mais fácil do que a realização de uma nova pesquisa. A historiografia sul-rio-grandense, num geral, carece de estudos que mostrem, empiricamente, a existência massiva dos lavradores nacionais no século XIX.<sup>122</sup>

---

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2013, p. 78.

<sup>119</sup> SCHIERHOLT, 2010. O material coletado se encontra nos setores de arqueologia da UNISC e da Univates.

<sup>120</sup> CHRISTILLINO, 2004.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 298.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 299.

Fica evidente o quanto a noção de patrimônio influenciou e influencia a escrita da História, e como esta noção contribuiu e contribui para o respeito à diversidade cultural. A partir do momento que outras formas de manifestações culturais são entendidas como patrimônios, outros grupos sociais passaram a ganhar visibilidade no campo historiográfico. Enquanto a valorização patrimonial permaneceu sobre as grandes obras arquitetônicas e artísticas, apenas uma camada social ganhava destaque. Isso é visível na maneira como a história de Cruzeiro do Sul e do próprio Vale do Taquari foi sendo escrita, privilegiando a ocupação imigrante, seja ela açoriana, alemã ou italiana, em detrimento da ocupação indígena, negra e dos lavradores nacionais que menciona Christillino.

Estas ampliações e modificações que ocorreram com o conceito de patrimônio, assim como com o conceito de cultura, “relacionam-se com a própria dinâmica da vida em sociedade, com a necessidade de construção de novos conceitos ou de modificação conceitual para atender novas demandas, exigências do mundo contemporâneo”<sup>123</sup>. Estas alterações também modificam o entendimento do conceito de memória e de história.

Entende-se história não como sinônimo do passado. História é compreendida como o esforço deliberado dos homens e mulheres do tempo presente em compreenderem os movimentos do passado. São os problemas do tempo presente que colaboram na construção dos problemas a serem investigados pelos homens e mulheres no passado. Neste sentido a possibilidade de lidar com o passado é apresentada a partir dos problemas construídos e levantados no tempo presente. É o nosso olhar do presente, marcado por posições sociais e políticas, que constrói as interrogações que serão apresentadas ao passado. [...] Na medida em que este entendimento se amplia é perfeitamente possível ir incorporando novas compreensões não apenas no significado de patrimônio histórico, mas alterar, de forma deliberativa, o conceito de patrimônio histórico e cultural.<sup>124</sup>

Entendendo a escolha dos patrimônios como uma intenção de construção identitária, estas manifestações, sejam elas materiais ou imateriais, adquirem extrema força simbólica. “Escolhidos por determinados grupos sociais, esses patrimônios tornam-se representações de tempos, espaços e acontecimentos específicos”<sup>125</sup>. Como representações, esses patrimônios podem ser compreendidos como processos culturais que estabelecem identidades individuais e coletivas que muitas vezes centram-se em um único modelo identitário, aí a importância da valorização da diversidade na construção de patrimônios.

---

<sup>123</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio histórico material e imaterial e a invenção da história. In: REIS, Alcenir, Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**, Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 15.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>125</sup> CARVALHO; FUNARI, 2010, p. 11.

Neste sentido, a Educação Patrimonial se torna um importante campo de ação para a consolidação das políticas da diversidade como um patrimônio.

Não se almeja atribuir à sociedade um conhecimento enciclopédico sobre quais são seus patrimônios, datas de fundação, autores, características físicas, entre outros dados. Ao contrário, a Educação patrimonial deve agir no sentido de construir, de forma democrática e participativa, diálogos entre a sociedade e seus patrimônios.<sup>126</sup>

No município de Cruzeiro do Sul nunca foi elaborado um projeto de Educação Patrimonial que envolvesse o patrimônio histórico e cultural da cidade, especialmente a Casa do Morro. O prédio, na maioria dos casos, foi aproveitado de maneira utilitarista, como nas décadas de 1960, 1970 e 1980, primeiramente servindo de moradia para algumas pessoas<sup>127</sup> e após, abrigando um restaurante<sup>128</sup>. A Casa e seu entorno sempre sofreram alterações e modificações na sua estrutura com essas ocupações, seja na adição de mesas de concreto e banheiros na parte de fora do prédio, construção e alteração de paredes, e até mesmo na inserção de uma lareira em um dos cômodos.

A prática utilitarista, talvez o modo de preservar mais antigo empregado aos prédios históricos, se torna pragmática tendo em vista o não abandono das edificações. Com receio do vandalismo ou da própria ação do tempo, a ocupação do prédio é uma alternativa bastante usual, tanto em propriedades privadas quanto nas públicas. Os vereadores de Cruzeiro do Sul, mais de uma vez, solicitaram que funcionários da Brigada Militar do município guarnecessem a Casa do Morro, sendo que em 1997<sup>129</sup>, quando a Casa abrigava uma Casa de Cultura, Museu e Biblioteca Municipal, foram cedidas algumas salas do prédio para servir de residência à um policial militar e sua família.

No entanto, sabe-se que apenas a preocupação com a estrutura material dos prédios não garante a sua preservação. O tombamento e a transformação dos patrimônios materiais em algo útil para o Poder Público não fazem com que a população se sinta representada pelo determinado bem cultural e contribua para sua preservação. Novamente, percebemos que a Educação Patrimonial é o caminho mais adequado em se tratando da preservação do patrimônio material e imaterial. Somente ela pode aproximar e manter um diálogo entre a sociedade e o patrimônio histórico cultural, fazendo com que aquela, em colaboração com o Poder Público, promova e proteja o patrimônio cultural. Logo, percebemos que todo

---

<sup>126</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>127</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 17/73**, 21 de dezembro de 1973.

<sup>128</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 16/74**, 23 de dezembro de 1974.

<sup>129</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Projeto de Lei nº 045-01, de 03 de junho de 1997. Cruzeiro do Sul, RS, 03 jun. 1997, fotocópia. 1 p.

patrimônio material é também imaterial, pois o que o torna patrimônio não é a sua materialidade, e sim a manifestação do sentimento de identidade que o mesmo suscita nos grupos sociais. O pensamento de Farias vai ao encontro dessa ideia:

[...] A preservação do patrimônio cultural não pode ser considerada apenas como ações de revitalização, conservação e preservação de um bem cultural. Ela vai além dessas fronteiras, visto que traz em seu bojo uma relação intrínseca com a representação simbólica dos indivíduos, separados ou em conjunto. O bem cultural, o patrimônio, está intrinsecamente relacionado ao simbólico.<sup>130</sup>

Em 1989<sup>131</sup>, foi a primeira vez que os vereadores demonstraram interesse em considerar a Casa do Morro como patrimônio histórico de Cruzeiro do Sul e em 1992, foi decretado<sup>132</sup> o interesse público da Casa do Morro para fins de inscrição no Patrimônio Cultural do Município, em razão de seu expressivo valor histórico e cultural. Em 2005, foi sancionada a Lei<sup>133</sup> que institui os procedimentos de tombamento para a proteção ao patrimônio cultural do município. De acordo com esta Lei, a responsabilidade pelo tombamento do patrimônio cultural do município ficou a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, enquanto não for criado órgão próprio ou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, mediante inscrição no respectivo Livro do Tombo.

Em 2006, inicia-se o processo de tombamento da Casa do Morro com a abertura do Edital de Tombamento nº 001/2006<sup>134</sup>, que tem como justificativa a relevância cultural, histórica, paisagística e arquitetônica do referido bem público, cuja imagem tornou-se o principal símbolo de Cruzeiro do Sul, uma vez que é parte integrante do Brasão de Armas do município. O edital enfatiza a importância do prédio devido a este ter sido pertencente a uma das principais famílias colonizadoras, a família Azambuja, e palco de episódios importantes, como encontros entre personagens da Revolução Farroupilha. Um detalhe destacado são as histórias de lobisomem e fantasmas que habitavam ou passavam pela casa que ficou conhecida como Casa Mal Assombrada, o que se incorporou como lenda na identidade do povo local. Outro argumento para justificar o tombamento é a necessidade de se firmar convênios com órgãos estaduais e federais para a realização de obras de restauro, devido ao

<sup>130</sup> FARIAS, Sandra Martins. Modernidade e Patrimônio Cultural – ruptura e preservação. In: REIS, Alcenir, Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**, Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 77.

<sup>131</sup> Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 03/89**, 16 de outubro de 1989.

<sup>132</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Decreto nº 197-04, de 20 de novembro de 1992. Cruzeiro do Sul, RS, 20 nov. 1992, fotocópia. 1 p.

<sup>133</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Lei nº 516-01, de 6 de outubro de 2005. Cruzeiro do Sul, RS, 6 out. 2005, fotocópia. 5 p.

<sup>134</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Edital de Tombamento nº 001, de 27 de março de 2006. Cruzeiro do Sul, RS, 27 mar. 2006, fotocópia. 4 p.

estado precário do prédio, e visando, após a restauração, a revitalização do espaço, tornando-o “centro de cultura vivo aberto ao público em perfeitas condições de uso”<sup>135</sup>.

Após a abertura do processo, os proprietários vizinhos à Casa do Morro foram notificados sobre o mesmo, e não houve impugnação. Sendo assim, com o Decreto nº 417-02/2006<sup>136</sup> a Casa do Morro é tombada em nível municipal definitivamente. O tombamento define que o prédio deverá ser conservado e em nenhuma hipótese poderá ser demolido, destruído ou mutilado. A respeito das obras de restauração, as mesmas só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização do órgão municipal competente, sendo que, se for urgente, as obras de conservação ou restauração podem ser realizadas pelo Poder Público Municipal. O Decreto proíbe a construção de qualquer obra, painel de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto que possa impedir ou reduzir a visibilidade da Casa do Morro, ou que não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado. Também fica tombado o entorno da Casa do Morro, considerado num raio de 50 metros. Após a inscrição no respectivo Livro do Tombo, tanto o IPHAE quanto o IPHAN foram comunicados a respeito do tombamento.

No entanto, somente após dez anos do tombamento da Casa do Morro iniciou-se intervenções na infraestrutura do prédio, que estava em situação deplorável, a ponto de ruir. Ainda não é possível saber o destino da Casa após a restauração, pois isto depende muito das próximas administrações. São evidentes as dificuldades existentes para a arrecadação de verbas para investimentos no âmbito da cultura, tanto a nível federal e estadual quanto municipal. Este setor acaba ficando em segundo plano quando é concorrente com setores como saúde, educação e serviços urbanos.

Após a leitura das atas da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul, podemos constatar que os representantes da população, em sua grande maioria, sempre voltaram sua atenção principalmente para o âmbito das obras e serviços urbanos, e quando tratado da Casa do Morro, o interesse no investimento para a recuperação do prédio sempre foi na área do turismo, tendo como justificativa ser a Casa do Morro o símbolo do município e cartão de visita da cidade. Além disso, a maior preocupação da edilidade em relação à Casa do Morro sempre foi a sua fachada e a impressão que esta causa aos visitantes. Ao longo desses anos, principalmente em época de ExpoCruzeiro, solicitava-se roçadas, pinturas, iluminação,

---

<sup>135</sup> CRUZEIRO DO SUL, 2006, p. 2.

<sup>136</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Decreto nº 417-02, de 27 de dezembro de 2006. Cruzeiro do Sul, RS, 27 dez. 2006, fotocópia. 2 p.

limpeza e pequenas reformas no prédio, pois como símbolo histórico e cartão de visita do município, era preciso que o mesmo causasse boa impressão aos visitantes, e muitas vezes, houve vereadores que julgaram não ser necessário investimentos na Casa do Morro, pois havia outras prioridades no município, como estradas e iluminação pública.

A estratégia de preservação mais comum empregada pelo poder público, e muitas vezes aliada à iniciativa privada, é a reutilização desses espaços de maneira autossustentável e direcionada ao turismo. Entretanto, essas estratégias acabam se limitando ao caráter material e arquitetônico dos monumentos históricos, e nem sempre esses patrimônios geram fluxos de turistas constantes e lucrativos. Investir no turismo cultural é uma forma de saída econômica bastante utilizada para o desenvolvimento municipal, pois é mais fácil de implementar porque a infraestrutura (asfalto, restaurantes, comunicações) muitas vezes está pronta e os atrativos também. Porém, é necessário que os fatores motivadores de proteção do patrimônio sejam de ordem social e não necessariamente devem estar vinculados aos lucros gerados pela atividade turística. A chave para o sucesso turístico de localidades dotadas de acervos relevantes é a construção consciente de uma ponte entre a preservação e o uso sustentável de seus recursos<sup>137</sup>.

É notório o grande potencial turístico que a Casa do Morro apresenta, tanto no quesito arquitetônico, cultural, histórico, paisagístico e ambiental. A localização do prédio garante uma vista incrível dos municípios de Estrela e Lajeado, bem como do rio Taquari. Várias vezes surgiu o interesse em transformar a Casa do Morro em ponto turístico ou até mesmo inseri-la em uma rota. Em 1991, representantes do Instituto Cultural Histórico e dos setores da Cultura e do Turismo de Porto Alegre chegaram a visitar a Casa do Morro e destacaram o potencial turístico do local. Se o turismo ainda for de interesse do poder público após a restauração do prédio, a elaboração de um projeto turístico para a Casa do Morro exigirá bastante atenção para todos estes elementos que o lugar expõe, para que não se torne um investimento sem retorno econômico para o município nem impeça o acesso da população ao local, tornando-o um núcleo com padrões burgueses.

Durante a década de 1990, ocorreu a construção de um prédio ao lado da Casa do Morro, que acabou descaracterizando o lugar e dificultando a visualização da paisagem para quem está na Casa. A própria Prefeitura doou a área de terra de 1080 m<sup>2</sup> para construção de

---

<sup>137</sup> RHODEN apud PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

um restaurante e possibilidade para instalação de um hotel<sup>138</sup>. No entanto, o prédio abriga um restaurante até hoje e o hotel nunca foi instalado. Como a construção do prédio ocorreu antes do tombamento, não há problemas com a legislação, porém, houve e ainda há manifestações contrárias à construção vindas de alguns vereadores e de uma parcela da população<sup>139</sup>, que repudiam o prédio, pois afirmam que o mesmo prejudica a Casa do Morro pelos motivos afirmados acima.

Entre 1992 e 2001, o prédio da Casa do Morro foi ocupado com uma Casa de Cultura, Biblioteca Pública e Museu. Em entrevista<sup>140</sup> com a Secretária de Educação da época, descobriu-se que as peças do museu foram arrecadadas em forma de gincana, na qual a população cruzeirense foi convidada a doar objetos antigos para o acervo do museu. Dentre os objetos doados constam moedas, ferros de passar, rádios, instrumentos de cozinha, lampiões, peças de roupa, calçados, lousa, cofre, facão, Bíblia, discos, televisões, fole, quadros, livros, fotografias, máquina de costura, instrumento de lavagem intestinal, máquina fotográfica, entre outros. Não sabemos o motivo exato do fechamento do museu, nem o paradeiro dos objetos que faziam parte do acervo. E2 comentou que um dos grandes problemas para o funcionamento da Casa era o vandalismo, sendo preciso o apoio da Brigada Militar para a guarda do prédio.

A respeito do museu instalado na Casa do Morro, podemos inferir que sua organização remonta aos primeiros museus criados, àquelas coleções privadas que se tornavam públicas, pouco atraentes para o público em geral. A partir da segunda metade do século passado, o museu passou a ser interpretado como uma instituição a serviço do público, imprimindo-lhe uma função social e transformadora da sociedade, e não mais um depósito de objetos que administra o patrimônio na perspectiva de uma conservação que se processa independente do seu uso social. Os museus se converteram em espaços de reflexão e debate, ajustados aos interesses e às demandas reais das comunidades<sup>141</sup>.

---

<sup>138</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Lei nº 102-02, de 05 de julho de 1990. Cruzeiro do Sul, RS, 05 jul. 1990, fotocópia. 1 p.

<sup>139</sup> Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 12/91**, 11 de julho de 1991.

<sup>140</sup> E2 – Entrevistado 2: depoimento [21 set. 2016]. Entrevistador: Júlia Leite Gregory. Cruzeiro do Sul/RS: 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Júlia Leite Gregory.

<sup>141</sup> JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 21-32.

Foi neste contexto que se iniciou e consolidou a discussão em torno dos ecomuseus, conceito avançado da museologia contemporânea, formulado por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine-Bohan. Compreendido como museu do homem em seu meio ambiente natural e cultural, o ecomuseu expressa a relação da população de um determinado território com sua história e com a natureza que a cerca, prestando-se como meio de auto-reconhecimento da comunidade na qual está inserido. Sua coleção é constituída pelo patrimônio vivo pertencente aos habitantes do território, abrangendo bens materiais, imateriais, móveis e imóveis. A população participa de maneira decisiva na gestão do museu como sujeito e objeto de conhecimento público e curador do ecomuseu.<sup>142</sup>

Mesmo não se constituindo como um museu com as características apresentadas acima, não significa que o museu organizado na Casa do Morro tenha sido insignificante. Com certeza, mostrou a capacidade de união entre o Poder Público e a comunidade em prol da valorização da cultura, assim como expôs uma série de necessidades que devem ser supridas nos futuros projetos destinados à Casa do Morro.

### **3.3 Os Amigos da Casa do Morro**

A Casa de Cultura foi uma iniciativa do Poder Público em tentar transformar a Casa do Morro em um espaço educativo e de informação para a população, utilizando-a não mais apenas com um objetivo prático. Em 2014, uma parcela da comunidade cruzeirense organizou e criou o grupo denominado Amigos da Casa do Morro, com o objetivo de pensar ações possíveis para angariar fundos com o propósito de investir na reforma e posterior revitalização da Casa do Morro. Neste momento, a iniciativa surgiu da própria população, que também enseja ver a Casa do Morro aberta ao público e como um espaço cultural, e não somente como um espaço de sentido pragmático. A partir dos questionários realizados (APÊNDICE A) com os integrantes do grupo e da leitura das atas da Câmara, foi possível entender como e por que o grupo foi criado, de que maneira este se articula para efetuar suas reivindicações e o que a Casa do Morro representa para o mesmo.

---

<sup>142</sup> Ibidem, p. 28.

O grupo foi criado a partir da iniciativa de algumas alunas do Ensino Médio em propor a revitalização da Casa do Morro por meio de um trabalho de pesquisa realizado na escola. Em outubro de 2014<sup>143</sup>, as alunas apresentaram o trabalho na Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul, o qual foi bastante elogiado pelos vereadores, e tomado como exemplo de propostas que os próprios vereadores deveriam elaborar. Após a realização do trabalho de pesquisa, as alunas e a professora responsável pela proposta passaram a movimentar a população com o intuito de constituir o grupo denominado Amigos da Casa do Morro, que teria o objetivo de angariar verba para reforma e posterior revitalização do prédio.

O primeiro passo foi criar algo que identificasse o grupo, surgindo então a ideia da camiseta com a imagem da Casa do Morro estampada. O grupo apresentou sua proposta ao Prefeito do município, que demonstrou interesse e ofereceu apoio ao movimento, e deu início às suas atividades. Ocorreram vários encontros envolvendo a população e voluntários do Poder Público, bem como a realização de eventos e vendas de camisetas e outros artesanatos elaborados com o tema da Casa do Morro. Além dessas ações para obter fundos para a reforma da Casa do Morro, os vereadores aprovaram por unanimidade o Projeto de Lei nº 052-03/2015<sup>144</sup> do Poder Executivo que autoriza o município a receber em doações materiais e produtos de construção para a reforma da Casa do Morro, sendo que as doações podem ser feitas por pessoas físicas e jurídicas, mediante controle e aceite da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A partir de então, a Casa do Morro passou a receber intervenções em sua infraestrutura com o objetivo de salvaguardar o que ainda restava do prédio, sendo que as obras ainda estão em andamento. Neste trabalho não será aplicado juízo de valor às intervenções realizadas na Casa do Morro, nem analisado em qual processo essas intervenções se encaixam, que podem ser de manutenção, conservação, reciclagem, revitalização, reutilização, consolidação, reconstrução e restauração<sup>145</sup>. Bem como não será julgada a experiência, formação e decisões dos indivíduos comprometidos com a obra. O que se pretende é analisar o envolvimento da comunidade para com a Casa do Morro e compreender o que este monumento histórico representa para a mesma.

---

<sup>143</sup> Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul. **Ata nº 020/2014**, 1º de outubro de 2014.

<sup>144</sup> CRUZEIRO DO SUL (Município). Projeto de Lei nº 052-03, de 15 de junho de 2015. Cruzeiro do Sul, RS, 15 jun. 2015, fotocópia. 1 p.

<sup>145</sup> COSTA, Debora Regina Magalhães da. **Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no estado**: a experiência do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz. 150 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissionalizante em Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

O grupo Amigos da Casa do Morro é bastante heterogêneo em se tratando da faixa etária dos participantes e das suas áreas de atuação, assim como não podemos confirmar ao certo o número exato de cidadãos que fazem parte do grupo, pois este não é organizado como uma associação. Por meio de questionários foi possível compreender alguns aspectos do grupo e perceber como este entende a Casa do Morro. Como já relatado anteriormente, o principal objetivo do grupo é a recuperação da infraestrutura da Casa do Morro para que ela possa ser aberta ao público novamente e ofereça atividades culturais para a população. Além disso, o grupo também busca sensibilizar a comunidade cruzeirense para a preservação deste importante patrimônio histórico que faz parte da história do município.

A Casa do Morro é importante para essas pessoas por ser o principal símbolo de Cruzeiro do Sul, por fazer parte da história do município, e por ser um importante ponto turístico. Alguns salientam que a história da cidade inicia com a construção da Casa pela família Azambuja, sendo importante a preservação do prédio para que seja possível conhecer o passado e valorizar no presente tudo que for possível e tiver significado, mantendo a história viva. Este pensamento vai ao encontro do que o grupo entende como patrimônio: algo que conta a história de um povo e que é herdado por gerações anteriores; que deve ser preservado para manter viva a memória e a cultura de um povo. Afirmam que a Casa do Morro representa a identidade de Cruzeiro do Sul.

Entretanto, quando questionados a respeito do envolvimento da população com este monumento, declaram que além do grupo Amigos da Casa do Morro, há uma parcela da sociedade que se preocupa com a Casa, mas que não se mobiliza para mudar a situação em que esta se encontra, talvez por acreditar que essa responsabilidade seja somente do Poder Público. Porém, também há aqueles que não se identificam com esta obra, fato que pode ser atribuído ao não conhecimento da história do município.

A Casa do Morro é interpretada pelas pessoas que se identificam com ela como um lugar que abriga a história de Cruzeiro do Sul, e temem pelo desaparecimento do prédio, pois com isso, esta história também fica condenada. A Casa do Morro representa o encontro da memória e da história, levando em consideração que a memória é tudo o que é vivido e história é a representação do passado, portanto, ela é um lugar de memória. Estes lugares são criados devido à fragmentação da sociedade contemporânea, que nos afasta de nossa memória e identidade, levando a uma crise de existência. Tem-se a sensação de que tudo está fadado ao esquecimento, por isso consagramos lugares e celebrações que guardem informações que não somos mais capazes de lembrar.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.<sup>146</sup>

Os lugares de memória adquirem um grande valor simbólico para aqueles que os consagram. Podem ser museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, monumentos, santuários e associações, que suprem, de certo modo, uma carência social que está cada vez mais distante: a memória. “O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída”<sup>147</sup>. É evidente o quanto o discurso positivista conduziu a legitimação dos lugares de memória por muito tempo. A escolha da Casa do Morro como símbolo do município foi pautada em uma história positiva, que atribuiu maior destaque e importância à família Azambuja. Conseqüentemente, o discurso que se sucedeu a partir de então, continuou exaltando a família e associando a história de Cruzeiro do Sul somente à atuação dos Azambuja. Foi o discurso historiográfico que depositou na Casa do Morro a incumbência de resguardar essa história, e conseqüentemente, a conduziu para que se tornasse um lugar de memória para a população. “E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória”<sup>148</sup>.

A importância delegada à Casa do Morro a consolidou como um grande testemunho capaz de armazenar todas as informações possíveis sobre o passado, um lugar de memória. Sentimos a obrigação individual de internalizar essa memória, que não é mais uma prática

---

<sup>146</sup> NORA, 1993, p. 8-9.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 13.

social, pois todos os grupos humanos sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. No entanto, “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história”<sup>149</sup>. Os lugares de memória atuam como reforço de identidade, e quando há a preocupação com o seu desaparecimento, há também a preocupação com o significado do presente e a incerteza do futuro.

Para um lugar se tornar um lugar de memória deve haver o sentimento de “vontade de memória”, logo percebemos este sentimento ativo para com a Casa do Morro, proveniente não somente dos Amigos da Casa do Morro, mas também de grande parcela da população que se identifica com o monumento. A Casa do Morro abriga três aspectos da memória: a memória arquivo, memória dever e memória distância<sup>150</sup>. A primeira se refere ao acúmulo de informações guardadas; a segunda, à obrigação que sentimos em buscar todas essas informações, pois nos obrigamos a lembrar e reencontrar o pertencimento nesses lugares, princípio da identidade; já a memória distância está vinculada ao fato de que a Casa do Morro reúne uma história que ocorreu no passado, e que não está mais acessível a nós. A isso se deve a grande vontade e necessidade de preservá-la, para que este lugar de memória bloqueie o trabalho do esquecimento e do tempo.

Ainda não está definida qual a finalidade da Casa do Morro após a restauração, mas o grupo Amigos da Casa do Morro já possui várias propostas. Como meios para buscar a preservação do patrimônio, para além da sua materialidade, apontam atividades educativas provenientes da Secretaria de Educação diretamente nas escolas para que a história do município e da Casa do Morro seja repassada aos alunos, assim como a importância da preservação do patrimônio histórico. A ideia é organizar na Casa um espaço em que sejam desenvolvidas diversas atividades culturais, como artesanato, música, dança e teatro, com uma parceria entre o Poder Público e a comunidade que promova o turismo e consequentemente, o comércio local. Também foi sugerida a organização de uma biblioteca, museu e Centro Histórico Municipal. Este último teria a função de realizar pesquisas constantes a respeito da história de Cruzeiro do Sul e da Casa do Morro que fossem divulgadas à população. Em suma, indiferente do projeto que for proposto, deverá promover o afeto e a sensação de pertencimento dos cruzeirenses para com a Casa do Morro.

---

<sup>149</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>150</sup> Ibidem.

Não restam dúvidas sobre o símbolo de identidade e memória que a Casa do Morro representa para a população, e o quanto esta espera a sua restauração e deseja que o monumento se torne um espaço cultural para toda comunidade com uma função social, e não apenas contemplativa. Basta aguardar para ver o que acontecerá com a Casa e de que maneira o grupo Amigos da Casa do Morro irá se articular para ter seu objetivo concluído. A Casa do Morro se constitui em um lugar de memória que provoca na população o desejo de patrimonialização, uma reivindicação autêntica da valorização do patrimônio e inserção deste em uma narrativa coletiva.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, foi possível constatar que o processo de patrimonialização da Casa do Morro ocorreu de acordo com a valorização do patrimônio material de Cruzeiro do Sul, influenciada pelo destaque dado à atuação da família Azambuja, considerada pioneira na história do município. A Casa do Morro foi escolhida como símbolo da cidade pelos representantes municipais justamente por estes entenderem que a identidade do município deveria estar pautada na história da família fundadora do núcleo urbano de Cruzeiro do Sul. Essa escolha influenciou no modo como a história do município foi contada ao longo do tempo, influenciada por uma história positivista, aquela que dá destaque apenas para os fatos e personagens politicamente mais destacados. Seguiu-se uma concepção arcaica de patrimônio, que considera patrimônio apenas os monumentos históricos e artísticos herdados de gerações anteriores, vinculados aos grupos sociais de elite.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, de modo que foi possível estudar o patrimônio cultural e seus referentes em Cruzeiro do Sul, contextualizando as diferentes interpretações que o assunto já suscitou em diversos espaços e temporalidades, bem como entender como este processo ocorreu em nível de Brasil. A partir do estudo sobre patrimônio, conseguimos entender os discursos que se formaram ao longo do tempo e que legitimaram várias formas de patrimônio. Desde a Antiguidade até a atualidade muita coisa mudou nas discussões acadêmicas, mas ainda temos um longo caminho a percorrer no sentido de dar voz a todos os grupos étnicos e sociais, valorizando todas as formas de patrimônio. Em se tratando do patrimônio em Cruzeiro do Sul, percebemos que sempre se deu destaque ao patrimônio material da cidade, em especial à Casa do Morro, e quando houve a tentativa de organizar uma Casa de Cultura com Museu, este acabou se atendo à exposição de acervo. No entanto, essa iniciativa com certeza foi muito importante, pois mostrou a capacidade de união entre o Poder Público e a comunidade a favor da cultura local.

Por meio de pesquisa documental e bibliográfica, conseguimos entender quem eram os Azambuja e porque a Casa do Morro sempre foi tão glorificada. Uma família da elite, que se utilizou da política dos casamentos, da carreira militar e da comercialização de terras para manter seu status social. Uma elite possuidora de escravos que fez uso de grilagens e documentos falsos para adquirir áreas de terra e que mesmo assim, deteve toda pompa no discurso histórico. A pesquisa documental não foi esgotada, ainda há uma série de documentos nos arquivos que precisam ser analisados, tanto a respeito da história de Cruzeiro do Sul como do Vale do Taquari.

Por uma série de fatores que já foram expostos, a história de Cruzeiro do Sul sempre foi remetida e reduzida à atuação dos Azambuja, em detrimento dos africanos escravizados, dos povos indígenas e daqueles denominados lavradores nacionais. O modo como a patrimonialização da Casa do Morro foi conduzida contribuiu para a legitimação desse discurso, porém, isso não significou a preservação das características estruturais originais da obra. Talvez por falta de conhecimento ou de verba, a Casa do Morro sofreu inúmeras intervenções que prejudicaram a sua originalidade e que provocaram em alguns casos, uma descaracterização. Somente após dez anos do tombamento é que o prédio passou a receber interferências que buscam sua reestruturação e o mais interessante é que essa iniciativa partiu da própria sociedade, com a criação do grupo Amigos da Casa do Morro.

O grupo se sente identificado com a Casa, pois acredita que ela representa a história de Cruzeiro do Sul. Por meio do estudo de conceitos como memória e identidade, percebemos que a Casa do Morro é um lugar de memória, que abriga uma memória que não temos mais acesso e que nos identifica, por isso a vontade de preservá-la. Os Amigos da Casa do Morro buscam a restauração do prédio e o funcionamento de um espaço que promova várias atividades culturais. Ainda não é sabido o destino que terá a Casa do Morro, mas sabemos que ela clama por uma restauração e por um projeto de Educação Patrimonial que a transforme em um recurso educativo para o conhecimento, e principalmente, para a divulgação de uma história que prima pelo respeito à diversidade.

## 5 REFERÊNCIAS

### **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 1, de 1861.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 4, de 1877.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Lageado nº 371, de 1902.

Inventário *post-mortem* do Cartório de Orphãos e Ausentes de Taquary nº 475, de 1895.

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

Auto de Medição nº 643. Autor: Primórdio Centeno de Azambuja, 1875, Taquari.

Auto de Medição nº 696. Autor: Primórdio Centeno de Azambuja, 1876, Taquari.

### **Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Sul**

Atas da Câmara de Vereadores de março/1964 a outubro/2016.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Projeto de Lei nº 045-01, de 03 de junho de 1997. Cruzeiro do Sul, RS, 03 jun. 1997, fotocópia. 1 p.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Projeto de Lei nº 052-03, de 15 de junho de 2015. Cruzeiro do Sul, RS, 15 jun. 2015, fotocópia. 1 p.

WAGNER, Miguel. **Síntese Histórica de Cruzeiro do Sul**. Texto inédito.

## Arquivo Municipal de Cruzeiro do Sul

CRUZEIRO DO SUL (Município). Lei nº 102-02, de 05 de julho de 1990. Cruzeiro do Sul, RS, 05 jul. 1990, fotocópia. 1 p.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Decreto nº 197-04, de 20 de novembro de 1992. Cruzeiro do Sul, RS, 20 nov. 1992, fotocópia. 1 p.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Lei nº 516-01, de 6 de outubro de 2005. Cruzeiro do Sul, RS, 6 out. 2005, fotocópia. 5 p.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Edital de Tombamento nº 001, de 27 de março de 2006. Cruzeiro do Sul, RS, 27 mar. 2006, fotocópia. 4 p.

CRUZEIRO DO SUL (Município). Decreto nº 417-02, de 27 de dezembro de 2006. Cruzeiro do Sul, RS, 27 dez. 2006, fotocópia. 2 p.

Escritura Pública de Doação. 17 de dezembro de 1970. Cartório Distrital de Cruzeiro do Sul.  
Fotografia Casa do Morro, 1926.

LAJEADO (Município). Decreto nº 811, de 7 de agosto de 1962. Lajeado, RS, 7 ago. 1962, fotocópia. 1 p.

## Bibliográficas

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção. O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v. 98, 2008, p. 65-97.

BERLATTO, Odir. A construção da identidade social. **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul, n. 5, 2009, p. 148.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. 309 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm)>. Acesso em: 26 out. 2016.

CADERNO CULTURAL: A “**Casa Branca**”. Centro Cultural 25 de Julho “Vale do Taquari”, Estrela, n. 03, agosto de 1985.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**. v.02, 2010, p.7-16.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Ed. Da Univates, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão:** o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). 374 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Litígios ao sul do Império:** a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 353 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

COSTA, Debora Regina Magalhães da. **Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no estado:** a experiência do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz. 150 f. Trabalho de Conclusão (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissionalizante em Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). In: **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ENCONTRO MEMORIAL DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, 1., 2004, Mariana. **Anais**. ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. Ouro Preto: UFOP, 2004.

FAGUNDES, Antonio A. **Mitos e Lendas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

FARIAS, Sandra Martins. Modernidade e Patrimônio Cultural – ruptura e preservação. In: REIS, Alcenir, Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**, Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 65-84.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio histórico material e imaterial e a invenção da história. In: REIS, Alcenir, Soares dos; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (Org.). **Patrimônio Imaterial em Perspectiva**, Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 13-24.

FILHO, José Luiz Alcantara; FONTES, Rosa Maria Olivera. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. v. 4. n. 7. 2009. p. 63-85.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise, n. 2, 2001, p. 111-120.

\_\_\_\_\_. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

\_\_\_\_\_. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. São Paulo-SP: **Rev. adm. Empresas**, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P.25-33.

HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. **O Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.

HISTÓRIAS que os cupins podem apagar. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 26, 3 jan. 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**, Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 21-32.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). In: **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

\_\_\_\_\_. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LOCATELLI, Cesar Ricardo; SAIBRO, Fabricio de; SCHNEIDER, Leani Maria (Org.). **Cruzeiro do Sul em fotos**. Lajeado: Ed. da Univates, 2012.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, p. 7-32.

NICOLINI, Cristiano. **A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari: etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute**. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845)**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Cruzeiro do Sul e sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n. 1, jul. 2009, p. 1-15.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. 505 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

### **Fontes Orais**

E1 – Entrevistado 1: depoimento [21 set. 2016]. Entrevistador: Júlia Leite Gregory. Cruzeiro do Sul/RS: 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Júlia Leite Gregory.

E2 – Entrevistado 2: depoimento [21 set. 2016]. Entrevistador: Júlia Leite Gregory. Cruzeiro do Sul/RS: 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Júlia Leite Gregory.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Questionário aplicado com integrantes do grupo Amigos da Casa do Morro**

O presente questionário faz parte da coleta de dados para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O processo de patrimonialização dos monumentos históricos: a Casa do Morro de Cruzeiro do Sul”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Júlia Leite Gregory do Curso de História da Univates, e tem como objetivo estudar a história de Cruzeiro do Sul e da Casa do Morro, analisando o processo de patrimonialização deste monumento histórico.

A participação na pesquisa é um ato voluntário, sendo que não acarretará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas nas entrevistas e os resultados do estudo podem ser utilizados para fins de publicação e divulgação em eventos e revistas científicas, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade.

Idade:

- 1- Qual o objetivo do grupo “Amigos da Casa do Morro”?
- 2- Como e por que começou a fazer parte do grupo?
- 3- De que maneira você contribui com o grupo?
- 4- Você acredita que a comunidade cruzeirense se preocupa com a Casa do Morro? Busca a sua preservação? Por quê?
- 5- Por que a Casa do Morro é importante?
- 6- De que maneira a Casa do Morro pode ser preservada, para além da preservação material?
- 7- O que você entende como Patrimônio?

**APÊNDICE B – Fachada da Casa do Morro em 2016**

Fonte: Do Autor.